

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DOZE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E CATORZE**-----

----- Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Carla Cristina Ferreira Madeira e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Carla Cristina Ferreira Madeira e a Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano

Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, João Gomes Boavida, Luís Manuel Inês Cavaco, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, Ana Paula Viseu, Igor Boal Roçadas, Rosa Lourenço, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Manuel de Oliveira Duarte, Cristina Andrade, Sara Goulart Medeiros, Susana Maria da Costa Guimarães, João Diogo Santos Moura, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Rui Jorge Gama Cordeiro, Nelson Pinto Antunes, Sofia Margarida Vala Rocha e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Cardoso Alves e Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel de Oliveira Duarte. -----

----- Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Telmo.-----

----- Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- José Roque Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Jorge Gama Cordeiro. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sofia Margarida Vala Rocha.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

-----Solicitou a suspensão do mandato, a Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota (PS), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal Nuno Ferreira Pintão, pelo período de 180 dias, a partir de 12 de julho de 2016, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Catarina Albergaria, Jorge Máximo, Manuel Salgado, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto e João Afonso. ---

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados vários avisos que eu queria fazer e que são os seguintes. ---

----- Primeiro, estava previsto no calendário e presumo que ainda esteja no *site* que começássemos esta semana o debate temático sobre habitação em Lisboa. -----

----- Não o vamos poder fazer, porque efetivamente não se conseguiu compor o painel, as pessoas não estavam disponíveis nesta altura e, portanto, neste momento o que ficou combinado na conferência de representantes foi que os debates temáticos serão em Setembro, a partir da segunda semana. A Mesa ficou de compor os painéis e depois vos dará notícia disso. -----

----- Ainda antes do final desta sessão, antes do final de Julho, não é desta sessão mas antes do final de julho, poderemos vir a fazer uma reunião que foi combinada ontem em conferência de representantes e penso que é do interesse dos Senhores Deputados, com a 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania e a Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana, em que vamos pedir a presença da Senhora

Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, para nos prestar explicações acerca da reorganização da rede hospitalar de Lisboa. -----

----- Têm saído notícias dispersas. Esta Assembleia Municipal tem acompanhado com preocupação a evolução dos acontecimentos e, penso que temos direito a ser informados sobre quais são os planos que existem, o que é que vai acontecer aos hospitais de Lisboa, se há novas unidades de saúde a abrir ou não há, unidades de cuidados continuados, enfim, qual é a previsão da alteração da rede hospitalar de Lisboa que interessa a todos. Iremos fazer essa reunião em sede de comissão, ainda antes do mês de Julho e, portanto, eu falarei com o Senhor Presidente da 6ª Comissão para vermos o dia que haja disponibilidade da Senhora Presidente da ARS para fazermos uma convocatória conjunta com a Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana. -----

----- Queria também informar que me pede a Embaixada da República do Vietname em Portugal, de vos dar conhecimento que amanhã dia 13 às 19 horas e 30 minutos aqui no Fórum Lisboa decorre um programa artístico comemorativo dos 500 anos de amizade Vietname-Portugal. Não haverá muitos países que possam comemorar 500 anos de amizade e, portanto, fica aqui o registo. É com muita honra que os recebemos nesta casa e quem puder estar presente, é às 19 horas e 30 minutos amanhã aqui no Fórum Lisboa. -----

----- São estas as notícias e informações que tinha para dar.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora Senhores Deputados à participação do público. -----

----- Temos um pedido de palavra e é a Dona Maria das Dores Contreiras Gomes da cunha que já cá esteve em Novembro, para suscitar um problema relacionado com a implementação do jardim da urbanização da Quinta de Alvalade. Isto já é a segunda vez que a Senhora Maria das Dores se desloca cá, a verdade é que a Assembleia Municipal enviou a intervenção da Senhora Dona Maria com os documentos necessários, para ter uma resposta da Câmara e ainda não tivemos qualquer resposta e, portanto, pedimos desculpa. A culpa não é só nossa, mas enfim, representamos o Município e temos que assumir a nossa cota-parte de responsabilidade e agradecemos a sua vigilância de voltar aqui novamente para insistir. Muito obrigado. -----

----- Senhora Maria das Dores faça favor.” -----

----- **A Senhora Maria das Dores Nogueira Contreiras Gomes da Cunha**, residente em Rua José Travassos nº 25 5ªA, 1600-410 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- *Pois estou aqui de novo, porque esta questão é uma questão de ilegalidade. -----*

----- *É uma urbanização que foi licenciada pela Câmara Municipal de Lisboa, o promotor não cumpriu, a Câmara acionou a garantia bancária em 2013 no valor de 180.000€.* -----

----- Só em março deste ano, no dia 3, foi feita uma apresentação pública do projeto de implementação do jardim na Junta de Freguesia do Lumiar. Até hoje, não temos mais nenhuma notícia. -----

----- Estamos a ver, como cidadãos, que estão a arrancar muitas obras na cidade de Lisboa, vemos também nas Atas das reuniões de Câmara muitas obras por ajuste direto e não conseguimos perceber porque é que existindo um projeto, existindo dinheiro, este jardim não é feito. Provavelmente porque o jardim serve de parque de estacionamento em dias de jogos no Estádio do Sporting, que é uma Instituição Desportiva muito louvável e cujo seu representante apareceu na apresentação pública do projeto, dizendo que aquele sítio era muito importante para estacionamento porque estavam a construir o Pavilhão novo do Sporting e, portanto, aquele estacionamento fazia falta. -----

----- Eu só quero perguntar à Câmara, através da Assembleia de Freguesia que foi a única instituição dentro da Câmara que me deu resposta através do grupo de «Os Verdes», eu só quero perguntar à Câmara se esta situação de ilegalidade se vai perpetuar? Se o facto de existir um projeto e de existir dinheiro, não é suficiente para cumprir a lei e dotar a urbanização de um jardim a que tem direito?-----

----- Pedia aos outros grupos que estão aqui na Assembleia que se juntem ao grupo de «Os Verdes» e que perguntem ao Senhor Presidente, ao Vereador Sá Fernandes, ao Vereador, ao Vereador Manuel Salgado, porque é que os moradores da urbanização que têm cumprido as suas obrigações com a Câmara, têm as suas taxas pagas em dia, não têm direito áquilo que lhes é legalmente reconhecido, que é um jardim? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Maria das Dores. -----

----- O facto de não estar aqui o Vereador responsável nem o Presidente, não significa que não tenhamos todos, tomado devida nota daquilo que foi dito. Iremos, naturalmente, diligenciar para saber o que se passa e, naturalmente, se algum Grupo Municipal quiser insistir na questão diretamente através de requerimento ou de outra forma, poderá fazê-lo e procurar termos a resposta que foi pedida. -----

----- Senhores Deputados terminámos a intervenção do público. -----

----- Nós antes de entrarmos no Ponto 1 da ordem de trabalhos temos um Voto de Saudação que foi apresentado pelo PS, o PCP comunicou que queria associar-se, eu penso que a Mesa também se associa, o BE também, penso que o CDS-PP também, o MPT também, o PNPn também, enfim, não vejo sinais do PSD e do PAN, mas penso que todos se associam a este voto e, portanto, e o PEV também. O que eu iria pedir, uma vez que o líder da bancada do PS pediu para fazer a leitura do voto, era dar-lhe a palavra para ser o voto lido pela bancada e não aqui na Mesa. -----

----- Também dar-vos notícia que o Senhor, já devia ter dito, duas coisas que não disse, peço desculpa, são muito importantes, ainda antes de votarmos que seja o que quer que seja. -----

----- Há uma substituição que devia ter sido logo no princípio, peço desculpa, há uma substituição da Senhora Deputada Margarida Mota que pede a suspensão de mandato por um período de 180 dias, por não poder de momento, impossibilidade momentânea de desempenho de funções. Nos termos legais e regimentais a vaga é preenchida pelo cidadão Nuno Ferreira Pintão que está presente nesta sessão, já foi a verificação de identidade e legitimidade, a substituição é imediata e, portanto, já foi assinado o termo de posse e pode iniciar funções, era apenas para dar devida nota que temos composição da Assembleia hoje alterada, com esta substituição. -----

----- Vamos, entretanto, dizer-vos o seguinte, que relativamente ao voto o Senhor Deputado José Leitão vai ler o voto, também dar conhecimento aos Senhores Deputados que eu mandei distribuir umas propostas de alteração que o BE faz à Proposta nº 258/2016 que vamos discutir no ponto seguinte da ordem de trabalhos se lá chegarmos, espero que sim. São alterações de especialidade e, portanto, estão já sublinhadas no documento que mandei distribuir nos pontos nº 1, 2 e 3, estão sublinhadas já as alterações e no ponto nº 3 é uma frase que é retirada, quando chegar a devida altura poremos à consideração estas alterações, para ver se elas têm condições para serem aceites ou não. Em qualquer caso, nos termos regimentais, qualquer matéria que é posta a votação, até ao momento da votação podem ser apresentadas propostas de alteração e tem sido essa a nossa prática. -----

----- Sendo assim, Senhor Deputado José Leitão faça favor.”-----

----- (O Deputado Municipal José Leitão apresentou o Voto de Saudação à Seleção Nacional de Futebol) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora presidente. -----

----- Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Naturalmente associamo-nos a este voto, saudamos a revisão do voto e sublinhamos a necessidade não só de saudar os atletas da equipa de futebol, mas também as grandes vitórias do atletismo Português, em ano, a poucos dias do começo das olimpíadas onde temos tantos atletas que dão tanto da sua vida, do seu quotidiano, das suas vidas pessoais, para participar intensamente nas provas internacionais. -----

----- Orgulhamo-nos com certeza da vitória em França da equipa de futebol, orgulhamo-nos destes novos comendadores, num tempo em que as comendas e as condecorações foram distribuídas de forma tão alagada, onde temos banqueiros que assaltaram bancos e receberam medalhas, temos diretor de museus que assaltaram museus e com a usa medalha ao peito. -----

----- Orgulhamo-nos destes comendadores, orgulhamo-nos de comendadores que nasceram nos arredores, nos bairros pobres de Bissau, de Maceió, da Musgueira, da Cova da Moura, e estes comendadores são os comendadores que fazem este País. -----

----- Em tempos em que a Europa vive tempos assombrosos, tempos negros, em que se olha para a vala comum do Mediterrâneo e há um radicalismo e um extremismo que diz que são diferentes e que devem retornar aos seus países, orgulhamo-nos destes comendadores e saudamo-los porque eles são o que faz este País.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- A Mesa não regista mais pedidos de palavra, sendo assim estamos em condições de votar o Voto de Saudação nº 1/114, saudação quer à Seleção e a toda a equipa que fez o resultado de sermos Campeões Europeus de Futebol quer aos atletas que se consagraram também com medalhas muito importantes nas provas de atletismo de Amesterdão. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº 1/114**, apresentado pelo PS. O Voto de Saudação nº 1/114 foi **aprovado por unanimidade, aclamação e aplaudido de pé**. -----

----- (O *Voto de Saudação n.º 1/114 – ‘Voto de Saudação à Seleção Nacional de Futebol e aos atletas medalhados no Europeu de Atletismo’*, apresentado pelo PS, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados, a Ata registará, mesmo a ata em minuta, que o voto foi aprovado por unanimidade e aclamação e foi aplaudido de pé, é importante estes sinais porque são, de facto, sinais do respeito que temos todos por aquilo que acabámos de votar e por aquilo que aconteceu. -----

----- Vamos agora prosseguir.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS INCLUÍDOS NO ANEXO À PRESENTE CONVOCATÓRIA, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 HORAS E 20 MINUTOS;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Entramos no Ponto 1 da ordem de trabalhos que são as perguntas à Câmara. -----

----- Senhores Deputados eu na convocatória destas sessões de perguntas, repito sempre como é que o debate decorre para não haver dúvidas, quer do lado dos Senhores Deputados quer do lado dos Senhores Vereadores e Senhor Vice-Presidente.

----- Portanto, o formato é este, cada Deputado faz a pergunta ou perguntas, seguindo-se de imediato a resposta da Câmara, havendo mais do que um Deputado do mesmo grupo ou do conjunto dos Deputados Independentes inscrito, há uma segunda ronda de intervenções e já temos aqui segundas rondas, creio eu. Caso a Câmara não tenha tempo para responder a todas as questões colocadas, a Mesa negocia a cedência de tempo com os Grupos Municipais ou Deputados Independentes que dele disponham. E finalmente, se algum Deputado quiser repetir a pergunta, pode fazê-lo na ronda seguinte devendo voltar a inscrever-se para o mesmo efeito. Portanto, são estas as regras que foram acordadas em conferência de representantes logo no início do mandato e são essas regras que temos seguido. -----

----- Sendo assim, a Senhora Segunda-Secretária vai dar a palavra pela ordem de inscrição. -----

----- Também como habitualmente a Mesa informará quantas perguntas de cada partido foram colocadas e há medida que forem sendo respondidas, vão sendo esgotadas. -----

----- O PEV apresentou cinco questões, veremos quantas são desde já colocadas. -----

----- A lista das perguntas para quem está a acompanhar a sessão está disponível no *site* para tentarem, se quiserem, acompanhar a sessão. -----

----- Vamos prosseguir. O senhor Vereador do Desporto é requisitado para a mesa porque a pergunta é dirigida a si e, portanto, pedíamos que estivesse aqui presente para depois poder responder uma das perguntas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. Obrigado Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionários. -----

----- Primeiro tema, o futuro parque de diversões populares. -----

----- No passado dia 1 de Junho, argumentando procurar a “verdadeira alma para a nova casa da feira”, na presença de muitas crianças e num ambiente de feira de diversões, entre pipocas feitas em azoto, algodão doce e um espetáculo por artistas do Chapatô, o Senhor Presidente da CML apresentou, na Casa do Artista, o sítio na internet da futura feira de diversões de Lisboa, em Carnide. -----

----- O projeto Masterplan, este, datado de Novembro de 2015, mas como está toda a gente na conversa deve ser difícil de ouvir, enfim.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia aos Senhores Deputados silêncio por favor, para ouvir o que o Senhor Deputado nos está a expor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** prosseguiu a intervenção: -----

----- “O projeto Masterplan, datado de Novembro de 2015, para um espaço com vinte hectares, localizado entre o Bairro Padre Cruz e as oficinas do Metropolitano na Pontinha, acabara de ser complementado em Abril de 2016 por um estudo prévio sobre acessibilidades e um estudo prévio sobre espaços verdes, prevendo a revisão do sistema viário naquela zona da cidade e a criação de um parque de estacionamento dissuasor. -----

----- Quanto ao investimento inicial, sabíamos, em Novembro, que haviam sido gastos, pelo menos, 11,5 milhões de euros na aquisição de uma parte do terreno e de uma permuta. E o primeiro conjunto de questões que o Grupo Municipal de “Os Verdes” coloca é a seguinte: -----

----- Qual o custo real dos terrenos do futuro parque de diversões populares em Carnide? -----

----- Haverá associações, ou outras, que tenham de ser deslocalizadas e, por tal facto, ressarcidas? -----

----- Qual o custo real já despendido só no Masterplan e outros estudos iniciais? -----
----- Voltando a Novembro de 2015, convém recordar que as receitas da antiga Feira Popular revertiam para a Fundação ‘O Século’ e que, quando a Feira encerrou em 2003, a Câmara se comprometeu a pagar uma verba anual, para compensar esse fecho até que existisse uma nova Feira Popular.-----
----- A Fundação ‘O Século’, que se pauta por ser um elo de ligação sustentável na área de assistência social, entre a sociedade civil e os organismos institucionais, promovendo e contribuindo para a criação de condições e oportunidades, que possibilitem não só o desenvolvimento sócio cultural de crianças como a assistência social a idosos e pessoas menos favorecidas ou em risco social, argumenta ser detentora da designação criada em 1943 para suportar a obra social da Fundação e que desde essa altura foi o seu legítimo proprietário, de acordo com um primeiro pedido de patente feito em Dezembro de 1965, entretanto renovado, e que estará válido até Outubro de 2017.-----
----- Em causa não estará apenas a utilização do nome, pois o estabelecimento comercial é propriedade da Fundação que pretende ver reconhecidos os seus direitos. A Fundação confirmava ainda, no final do ano passado, 2015, haver conversações com a Câmara e que o entendimento estava em aberto.-----
----- Dizem que o que mais os preocupa é o facto de, quando a Feira Popular fechou em 2003, a autarquia acordou pagar à Fundação uma indemnização anual de 2,6 milhões de euros, correspondente à média de lucros anuais do espaço, até ser construído um novo parque. Porém, como o pagamento deixou de ser feito em 2010, ano e meio depois a Câmara acordou com a Fundação ‘O Século’ revogar o protocolo de 2003, pagando um milhão de euros em compensação de uma dívida em atraso no valor de 5,2 milhões € e a cedência de um direito de superfície de um terreno para exploração de um posto de abastecimento de combustíveis na Praça José Queirós.-----
----- Ora, passado todos estes meses a Câmara veio agora, já no início do corrente mês, considerar que tal designação dada ao antigo parque de diversões “se proprietários houver são todos os cidadãos de Lisboa”, e ponto final. Por seu turno, a autarquia entende agora que na sequência deste acordo de 2012, nada mais há a pagar à Fundação. -----
----- Perante este volte face, “Os Verdes” colocam um segundo conjunto de questões: -
----- Confirma-se ou não que, caso o Município pretenda usar o nome, terá de adquirir a patente registada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial ou reclamar nos tribunais?-----
----- Não será ainda possível encontrar-se uma solução justa?-----
----- Qual o consenso que a autarquia admite aceitar para solucionar o inesperado diferendo com a Fundação ‘O Século’ a propósito da designação, ou seja, da utilização do nome comercial do futuro parque de diversões populares? -----
----- Segundo tema de «Os Verdes», os jogos tradicionais portugueses. -----
----- Há exatamente um ano, foi aprovada nesta Assembleia uma recomendação de “Os Verdes”, onde se recordava o facto de os jogos tradicionais portugueses traduzirem a história e a cultura do nosso país, por representarem uma parte relevante

da memória e identidade nacionais, enquanto agentes de cariz intergeracional, constituindo um valioso património cultural que necessita de ser preservado e promovido junto das novas gerações.-----

----- Sugeriria-se, por isso, que reconhecendo o Município as vantagens cívicas, sociais e familiares que os jogos tradicionais portugueses propiciam, numa perspetiva cultural, educativa, desportiva, lúdica e de integração social, estabelecesse acordos de parceria tendentes à sua promoção, designadamente, com a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais.-----

----- Como até ao momento as informações disponibilizadas pelo Pelouro do Desporto, passado um ano, são omissas em relação a estas propostas, pergunta-se:-----

----- Tenciona ou não o executivo dinamizar, junto das crianças e jovens do Município de Lisboa, atividades lúdicas e desportivas com base nos jogos tradicionais portugueses?-----

----- Já estabeleceu os devidos contactos com a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, tendente à organização de torneios e à sua divulgação junto de escolas, associações e outros espaços lúdicos da capital?-----

----- Terceiro tema, a criação do Dia Municipal do Azulejo.-----

----- Elemento identitário de Lisboa, o azulejo é um verdadeiro cartão-de-visita de uma cidade que foi um importante centro de produção e consumo deste tipo de material cerâmico ao longo dos tempos. Trata-se de um elemento decorativo de elevado valor, roubado um pouco por toda a cidade.-----

----- O Museu do Azulejo e o Museu de Lisboa, que no Pavilhão Preto do Palácio Pimenta, acabou de inaugurar a exposição ‘Fragmentos de Cor - Azulejos do Museu de Lisboa’, dispõem de uma vasta coleção de azulejaria que, pelo número, variedade e qualidade dos exemplares, se afirma ser das mais importantes do país, alguns provenientes de edifícios demolidos ou remodelados, de prédios em ruínas ou de intervenções arqueológicas.-----

----- No Palácio do Campo Grande há vários painéis de azulejos do século XVII, bastante deteriorados, que foram resgatados à Quinta do Contador-Mor, demolida quando se urbanizou a zona dos Olivais. Há outros dedicados a São Lourenço, que estavam na Igreja de Carnide, também do século XVII, e foram dali retirados após a implantação da República, quando o edifício foi transformado em escola. Há um maravilhoso painel assinado por Almada Negreiros e fabricado pela Viúva Lamego para a Livraria Ática, 1955. E há mais, muito mais, como a maquete da decoração em azulejos de Querubim Lapa para uma cozinha em Lisboa e, ainda, o original do painel ‘O Mar’, de Maria Keil, porque o que está na Avenida Infante Santo é uma cópia.-----

----- Ora, em 2007, o Museu da Polícia Judiciária decidiu criar o projeto SOS Azulejo, que foi responsável por uma mudança radical no que toca à conservação deste património. Uma das ações desenvolvidas foi a criação de um sítio na Internet onde são divulgadas imagens de azulejos furtados e que estão a ser procurados pela polícia. A própria proibição de demolir fachadas azulejadas, que resultou unicamente de uma proposta do SOS Azulejo, sem qualquer intervenção do PISAL. E, em 2011, a CML ainda previu a criação de um Banco Municipal do Azulejo.-----

----- Mas em 2014 a tendência inverteu-se. De acordo com o coordenador da brigada da PJ de Lisboa, após um breve período de contenção, volta a verificar-se, cito, “um aumento significativo de furtos de azulejos em grandes quantidades, sobretudo de azulejos de padrão”. -----

----- Pelo que, como é comum assistir-se à venda na via pública de exemplares deste valioso património artístico com origem desconhecida, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma recomendação de “Os Verdes” para que a CML procedesse ao levantamento e classificação de fachadas e interiores de edifícios públicos municipais com significativos painéis de azulejos. -----

----- Como se desconhece que iniciativas concretas terá ou não o Executivo assumido neste sentido, pergunta-se:-----

----- Vai ou não o Pelouro da Cultura proceder à constituição de uma equipa fixa dedicada em exclusivo às questões do azulejo, como foi prometido, em 2014, pelo Senhor Diretor do Departamento de Património Cultural? -----

----- Vão ou não ser inventariados e classificados como de ‘interesse municipal’, foi isto o que foi aprovado na recomendação por unanimidade, os painéis considerados relevantes e representativos da arte azulejar, como forma de dificultar a sua posterior comercialização ilegal? -----

----- Estão ou não a ser ponderadas as vantagens da inclusão desse levantamento em candidatura da capital a Património Histórico/Cultural, por exemplo, da Unesco, como também aprovado nesta Assembleia?-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa vai desde já dar a palavra à Câmara para responder. Portanto, foram colocadas três questões, uma relacionada com o futuro parque de diversões populares e conexamente a Fundação ‘O Século’, uma segunda sobre a questão dos azulejos, Dia Municipal do Azulejo e o que é que está a ser feito pela salvaguarda do azulejo e a terceira sobre os jogos tradicionais. -----

----- Portanto, chamo a atenção da Câmara. Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara quem é que responde?-----

----- Muito bem. Senhor Presidente da Câmara chamo a sua atenção que há mais um partido que vai colocar uma questão relacionada com a Fundação ‘O Século’, poderá querer responder já aos Verdes e depois responderá ao MPT ou o Senhor Presidente fará como entender. Portanto, há duas forças políticas diferentes a pôr a mesma questão, é isso que eu estou a tentar dizer, mas o Senhor Presidente fará como achar melhor. -----

----- Tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, quero cumprimentar também as Senhoras e os Senhores Deputados. -----

----- Eu se calhar respondo já Senhora Presidente, na expectativa de ser suficientemente claro para que o Senhor Deputado do MPT se sinta esclarecido e poder usar o seu tempo noutra pergunta ao Executivo. -----

----- Relativamente às questões da nova Feira Popular os custos dos terrenos o Senhor Deputado tem que, desculpe que lhe diga, tem obrigação de os saber, porque todas as compras dos terrenos foram aprovadas por aqui. E, por isso, não lhe acrescentarei nenhuma informação á informação que a Assembleia Municipal tem, ao qual se anexam terrenos que faziam parte do património municipal. -----

----- Relativamente à deslocalização de associações para a realização do projeto, a única instituição que ocupa neste momento e que tem instalações e atividade naquele local é o CAC. E o que está previsto, em acordo já com a junta de freguesia, é a sua deslocalização com a construção de um edifício de um equipamento desportivo novo que ficará a cargo da junta de freguesia, através de protocolo de delegação de competências, e encontra-se tudo devidamente articulado com a instituição e com a junta de freguesia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente importa-se só de descodificar o que é o CAC, porque senão na Ata pode sair um disparate.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Salvo, o Senhor Presidente da junta se eu cometer algum erro, se é o Carnide Atlético Clube? -----

----- Clube Atlético Cultural não é de Carnide.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Clube Atlético Cultural. -----

----- É só porque muitas vezes na Ata quando se diz aqui uma sigla que não se percebe depois sai um erro e é desagradável. -----

----- Vamos prosseguir Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** prosseguiu a intervenção: -----

----- “E já estão feitos os estudos, já está feito o projeto relativamente ao novo edifício e o protocolo de delegação de competências que virá a esta Assembleia mesmo antes do Verão. -----

----- Relativamente ao custo dos estudos. Desenvolveu-se um estudo prévio ainda no ano passado que teve como objetivo, realizado por uma consultora holandesa que foi identificada através da consulta a Associação Internacional de Entidades Gestoras de Parques, que teve um objetivo principal que foi o de dar resposta a uma seguinte questão: -----

----- É o modelo que nós idealizamos, que é o modelo de Feira Popular de Lisboa, de uma nova casa, melhorada, num determinado tipo de contexto, um modelo com experiencia, com validade que possa ter sustentabilidade financeira? Isto é, é um modelo que exista e que possa funcionar? -----

----- E esta, para nós, era uma pergunta de grande importância porque como os Senhores Deputados sabem, isto hoje não é tema de debate nesta cidade, neste momento preciso, mas foi tema de debate durante muito tempo porque muitos defenderam que o que nós devíamos ter era um grande parque recreativo como um Parque Disney ou um parque dessas grandes marcas internacionais, vários investidores dessa natureza ao longo de anos abeiraram-se da Câmara de Lisboa para apresentar as suas intenções de investimento. -----

----- Outros defendiam que fossemos para um modelo de réplica daquele modelo que tínhamos que é um modelo muito mais limitado de diversões, mais pequenas e muito mais compactadas e o que nós decidimos testar foi dizer, digam-nos na Europa quais são os modelos de parque que existem. E se a nossa visão daquilo que nós queremos para Lisboa entra ou não entra num destes modelos. -----

----- E as conclusões a que chegámos e a que essa equipa chegou, aliás, num trabalho muito profissional que realizou connosco, foi precisamente identificar três tipos de parques possíveis, viáveis e com existência pela Europa. -----

----- Um primeiro, os chamados parques de âmbito local, isto é, pequenas zonas com diversões, maior ou menor dimensão, maior ou menor inserção e os seus exemplos e a sua existência e as condições da sua viabilidade. Normalmente são parques de pequena dimensão, muito associados e quase exclusivamente a uma área de influência reduzida e a uma intensidade de uso local. -----

----- No outro extremo apareceram nesses estudos os grandes parques temáticos, isto é, os parques que só por si são elementos de atratividade regional ou nacional, isto é, os parques que são eles motivo de uma deslocação e de uma visita. É o caso das Disney's, é o caso da Disneyland em Paris, em Orlando, é o caso de muitos dos parques da Isla Mágica, geridos pela Isla Mágica em Espanha, Fuerteventura, marcas dessa natureza. -----

----- Terceiro. Há um núcleo de parques na Europa que está com uma raiz bem identificada, bem sólida, bem clara, no Norte da Europa e no Centro da Europa, que são os chamados parques de âmbito regional, isto é, parques de cidade, parques urbanos, por regra inseridos em grandes zonas verdes e que servem. Não são eles polos de atratividade externa, isto é, os estudos não apontam que haja turistas que se dirijam especialmente para ir ao parque Tivoli, mas a verdade é que todos aqueles que visitam a cidade podem visitar esse parque e visitam-no frequentemente. Esse foi o primeiro estudo realizado, está e teve um valor de cerca 70 mil euros grosso modo. ----

----- Segundo, com base nisso, estabilizámos o nosso modelo, avançámos com a solução relativamente aos terrenos, relativamente à localização, sentimos confiança de que poderíamos avançar. -----

----- E, neste momento que tomámos as decisões sobre a localização, sobre o modelo, etc., temos em curso dois estudos de natureza diferente, um primeiro estudo que é um chamado estudo de viabilidade económica e financeira, isto é, um plano de investimentos que permita alocar em que condições é que o parque é viável, com que montante de investimento para que possamos captar investidores para a realização do investimento. E um segundo, complementar deste, que é um estudo de mercado

relativamente às motivações e às naturezas dos vários públicos que procuram a feira popular. O valor destes estudos ronda também cerca dos 70 mil euros e, posteriormente, deverão e poderão ser complementados com outros estudos mais densos.-----

----- Segunda questão que o Senhor Deputado levantou, relativamente à questão da Fundação ‘O Século’. E permita-me que comece por lamentar uma afirmação que o Senhor Deputado fez, que foi a dizer-se, uma pergunta. Pode encontrar-se hoje uma solução justa? Senhor Deputado a solução justa, não percebo como é que o Senhor Deputado assume que a solução que foi encontrada em 2012, firmada e assinada por ambas as partes de livre vontade, uma das quais a Câmara de Lisboa, não é uma solução justa. -----

----- Pois eu acho que é uma solução justa e, aliás, é uma solução que ambas as partes acordaram de livre vontade. E a solução correspondeu ao seguinte, ao pagamento de 1 milhão de euros pela CML, à cedência de um terreno em direito de superfície para a instalação de uma bomba, que foi posteriormente cedida para a instalação de uma bomba da BP, que deu direito a uma receita de 8 milhões de euros, Senhor Deputado volto a sublinhar que esta parte não apareceu em algumas notícias de alguns órgãos de comunicação social, adicionado de uma renda anual a que a entidade tem direito.-----

----- Eu tenho toda a compreensão pelas dificuldades e pelas dificuldades financeiras e pelas necessidades das várias instituições que desenvolvem atividade social, tenho toda a compreensão. Agora peço-lhe desculpa, não é forma vir questionar um acordo que foi firmado de livre vontade pelas partes em 2012 e vir acusar ou pelo menos insinuar que houve coação sobre a assinatura de um acordo que agora precisa de ser revisto. Não Senhor Deputado, do ponto-de-vista da CML o assunto encontra-se encerrado, como aliás, consta das deliberações aprovadas em Câmara, dou-lhe aliás o número para o Senhor Deputado poder recuperar que é a Proposta de Câmara 500/2012, tenho aliás aqui o texto que lhe posso enviar para que mais facilmente o possa ver e onde há expressa renúncia de todas as partes a qualquer litígio. -----

----- Quer agora a fundação vir levantar um litígio relativamente à utilização da marca. Bom, eu sobre isso também quero ser muito claro, feira popular é um nome de designação comum que se tiver um proprietário, que os nomes de designação comum não têm, ele só é um que é o povo da cidade de Lisboa, não é nenhuma entidade privada. E se alguém tiver alguma dúvida sobre essa matéria, iremos discuti-la nos sítios próprios. O nome de feira popular é um nome de uso comum, alias, como se percebe pela sua designação, não é um nome capaz de ser comercializado e digo-lhe se tivesse proprietário, se tivesse proprietário, a posição do Município de Lisboa é que a posse desse nome é posse dos cidadãos do Município de Lisboa e nenhuma outra. E, por isso, Senhor Deputado a solução justa está encontrada, nós não vamos ceder a interesses particulares que não têm aqui fundamento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- O Senhor Deputado tinha colocado mais questões, sobre os jogos tradicionais e sobre a questão do azulejo. -----

----- Eu na sei se a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto está em condições de responder por que não ouviu a pergunta, mas já deve ter sido informada do que é que se passou e havia também os jogos tradicionais que eu julgo que será com o Senhor Vereador Jorge Máximo, salvo erro ou omissão da minha parte.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Na verdade o Banco do Azulejo está previsto ser criado, aliás, já há uns rudimentos do banco mas ainda ele não está a funcionar na sua plenitude e está prevista a sua criação no âmbito do PISAL que é o programa de investigação e salvaguarda do azulejo de Lisboa. A ideia desse banco é precisamente recolher todas as amostras que provém das demolições, aquisições e a partir daí criar uma espécie de coleção que depois possa ser estudada e replicada noutros contextos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora. -----

----- Senhor Vereador Jorge Máximo.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra, respondeu o seguinte: ---

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente. -----

----- Cumprimento todos os meus colegas Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- Muito telegraficamente, relativamente à questão colocada sobre os jogos tradicionais, dar nota que nós temos vindo a trabalhar com a Confederação e com a Associação de Coletividades de Lisboa neste contexto. -----

----- Aliás, dar-lhe nota que todas as iniciativas do ‘Lisboa vai ao parque’ este ano vão ter mais de 100 momentos, ao longo deste ano tem jogos tradicionais e, portanto, tem sido se calhar uma grande montra dos jogos tradicionais na cidade de Lisboa. Até a final das Olissipiadas teve montra de jogos tradicionais, muitas das crianças brincaram com os jogos tradicionais. -----

----- Nós fomos este ano identificados como parceiro do ano da Confederação Portuguesa das Coletividades, portanto, há algum reconhecimento, maior que este não poderia haver. -----

----- E, portanto, penso que a recomendação que aqui faz já está a ser incorporada nos trabalhos que temos vindo a fazer e consta também da programação que estamos a trabalhar, no âmbito da candidatura de Lisboa a ‘Capital Europeia do Desporto’, um maior aprofundamento da relação com o movimento associativo mais tradicional da cidade de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- E vamos passar à próxima pergunta. -----

----- O Senhor Deputado para fazer uma parte, presumo que seja uma parte, das perguntas do PS. O PS colocou quatro questões, vamos ver o que nos vai dizer o Senhor Deputado Ricardo Saldanha.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, ilustres Deputados, Vereadores presentes e demais cidadãos aqui presentes. --

----- Algumas questões que queria colocar sobre o programa B.a.Bá. O programa B.a.Bá promoveu a construção de onze novas creches em Lisboa, com capacidade para acolher 840 crianças até aos 3 anos.-----

----- Sabemos que foram assinados acordos de cooperação entre o Estado e as entidades gestoras. A pergunta é:-----

----- Quantas vagas estão disponíveis para as famílias financeiramente carenciadas e quais os preços médios praticados? Primeira pergunta. -----

----- Sabemos ainda que duas das onze creches continuam fechadas. Pergunta: -----

----- Já há acordos de cooperação com alguma entidade para gerir estes equipamentos? E se sim, quando abrem? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, são duas questões mas o tema é o mesmo que é a questão das creches. O Senhor Vereador João Afonso não está mas o Senhor Presidente pede a palavra e irá responder.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, respondo eu com gosto.-----

----- Finalmente a questão das creches B.a.Bá está resolvida. E quero deixar aqui nesta Assembleia uma palavra de reconhecimento ao Ministério do Trabalho, ao Senhor Ministro, à Senhora Secretária de Estado, pela capacidade que tiveram de resolver um assunto que era uma verdadeira vergonha e uma verdadeira penalização para as famílias de Lisboa. -----

----- Porque a verdade é que durante anos os programas estatais privilegiaram atribuir contratos de associação, às instituições para as quais o próprio Estado tinha contribuído para os instrumentos de funcionamento. A Câmara de Lisboa tendo estada vedada ao acesso aos fundos para poder financiar a construção, decidiu avançar com a construção. E ainda assim, sendo o Município que desenvolveu o esforço mais importante, a Administração Central, o Estado, o Governo, em particular no Governo anterior, particular não, exclusivamente no mandato do Governo anterior, entendeu que não deveria resolver a situação expondo as famílias de Lisboa a uma situação de profunda injustiça quando comparado com os benefícios sociais que existem de forma uniforme, quero sublinhar este aspeto, uniforme, porque a política de apoios sociais e de acordos de cooperação é uma política

nacional, não é nem regional, nem municipal, é nacional, mas que estava vedada a estas instituições na cidade de Lisboa. -----

----- Finalmente essa situação encontra-se ultrapassada, todas as instituições que foram criadas ao abrigo do programa B.a.Bá dispõe hoje de acordo de cooperação. Isto vai permitir que 826 crianças, se a memória não me falha no número exato, cerca de 826 crianças possam ter acesso, as famílias a colocar essas 826, a ocupar essas 826 vagas exatamente nas mesmas condições de todas as famílias do país, isto é, com uma avaliação de rendimentos e a contribuir exclusivamente na base de uma condição de rendimentos e não num financiamento total como até agora acontecia. ----

----- Segundo aspeto, em decorrência disso todas as creches estarão abertas e a funcionar sem nenhuma reserva, na sua capacidade, em função das inscrições que as famílias realizem, a partir de Setembro.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados vamos prosseguir. -----

----- Vamos qual deles, se são já os dois ou se é apenas um deles.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- O primeiro tema que vamos colocar nesta primeira ronda relaciona-se com a taxa turística e com o fundo de desenvolvimento turístico. -----

----- Primeiro sobre a taxa turística e as suas duas componentes, a que se prende com as chegadas ao aeroporto de Lisboa e ao futuro terminal de cruzeiros e depois com a questão das dormidas. -----

----- Relativamente às chegadas, o ano passado o Executivo encontrou uma solução que passou por um acordo com a ANA em que ANA não fazia a cobrança diretamente aos passageiros, mas adiantou o valor que perfez um total de 3,8 milhões de euros para o ano 2015. -----

----- Tanto quanto sabemos através da comunicação social não há ainda vislumbre sobre o que se vai passar em 2016, sendo que já estamos a meio do ano e não temos informação sobre a cobrança desta taxa. Sendo que ela está prevista no orçamento, que seja sensivelmente metade do valor expectável para toda a taxa turística, que serão 15,7 milhões de euros e, portanto, aproximadamente 7 a 8 milhões de euros. ----

----- A primeira pergunta que deixamos é se há já ou não uma perspetiva de que esta taxa seja executada, seja cobrada e como é que vai ser? -----

----- Porque o ano passado foi feito um acordo em que a ANA adiantou esse valor, sem se perceber bem essa generosidade da ANA, mas foi assim que aconteceu. Sabemos que este ano o Executivo está em conversações com o Governo, porque pôr em prática esta cobrança tem implicações com entidades supervisionadas pelo Governo. -----

----- Portanto, gostaríamos de saber o que é que vai ser feito na taxa de chegadas? -----

----- Sobre as dormidas. Sabemos que foram cobrados até à data quase 4 milhões de euros e que há uma expectativa de chegar sensivelmente aos 8 milhões de euros. Sabemos também que houve um acordo assinado durante o mês de Abril, com uma plataforma *online*, a Airbnb Irlanda, que entrou em vigor a 1 de Maio para que esta plataforma passasse a fazer uma cobrança diretamente aos detentores de alojamento local e que entregasse o valor à CML. -----

----- O BE entregou um requerimento no passado mês para que pudéssemos conhecer esse acordo, ele ainda não nos foi disponibilizado, no entanto deixamos algumas perguntas que depois podem também ser esclarecidas por esse acordo quando esse acordo nos for entregue. -----

----- O que gostaríamos de saber sobre este acordo em concreto, prende-se com a capacidade do Município de perceber a dimensão do fenómeno de alojamento local. É uma discussão que já está na cidade, está nas ruas da cidade, nos espaços de debate da cidade, sobre o impacto do turismo e o impacto do alojamento local na vida das pessoas, nomeadamente na questão da habitação. E, portanto, era importante sabermos quantos são na realidade estes números do alojamento local em Lisboa. -----

----- Em 26 de Junho o Senhor Vereador disse à comunicação social que a Câmara Municipal tinha cerca de 2700 registos, uma semana depois a Associação de Alojamento Local, verificado o registo nacional de alojamento local anunciava 5206 em Lisboa, quase o dobro. Sabemos que o crescimento tem sido exponencial, mas não foi durante esta semana que duplicou o número e, portanto, há aqui uma disparidade de valores muito grande e essa dificuldade muito grande em saber o que existe na realidade de alojamento local, é relevante para as soluções que se podem encontrar no debate sobre habitação. Um dos debates que teremos aqui em Setembro e que foi anunciado pela Senhora Presidente há pouco, para podermos perceber o que é que se pode fazer relativamente ao alojamento local e ao problema da habitação em Lisboa. --

----- Portanto, relativamente ao acordo com a plataforma Airbnb, disse-nos também o Senhor Vereador que estava em negociação com outras plataformas para acordos semelhantes. E o que gostaríamos de saber é se este acordo prevê que estas multinacionais informem o Município sobre os alojamentos efetivamente registados? Porque a CML regista e reconhece o alojamento local, certifica-o, nestas plataformas podem ser anunciados alojamentos certificados e alojamentos não certificados. E não sabendo a CML à partida quais são os certificados, os legais e os não certificados, irregulares, é preciso saber qual é o valor que esta multinacional entrega á Câmara. Porque se entregar 1 milhão de euros a CML agradece, mas não sabe se corresponde à realidade, se entregar 3 milhões, agradece e não sabe qual é a realidade, portanto, estamos dependentes do que esta empresa, esta multinacional comunicar à Câmara. ----

----- O que gostaríamos de saber é se o acordo prevê que esta informação é facultada ou não à CML? Esta era a questão que gostávamos de deixar e se os futuros acordos em negociação também têm esta salvaguarda ou não? -----

----- Sobre o fundo de desenvolvimento de turismo ou turístico. Este fundo é participado pela CML, pela Associação de Turismo de Lisboa e a Associação de

Hotelaria. É o comité de investimento, são estas três organizações, estas três entidades que decidirão o que fazer com estes milhões cobrados pela taxa turística.-----

----- E, portanto, como é um valor elevado, era relevante saber o que vai ser feito. Na comunicação social temos informação de algumas coisas, por exemplo, o futuro museu judaico em Alfama. -----

----- Mas o que gostaríamos de saber e é essa a pergunta que deixamos, é se perante um fenómeno de larga escala do turismo em Lisboa, com os benefícios que nós reconhecemos para a economia da cidade e para o emprego, mas também com as deficiências e com os aspetos negativos que trazem à cidade nos seus equipamentos, na mobilidade dos cidadãos de Lisboa e, sobretudo, na questão da habitação. Sabemos da bolha que existe no centro da cidade e que se alastra para além do centro, do crescimento dos preços. Em 2015 os preços no centro histórico subiram 22% e, portanto, isto torna-se incomportável para quem quer residir no centro da cidade. -----

----- E, portanto, perante esta problemática trazida, estes problemas trazidos pelo crescimento do turismo, o que seria interessante saber era se o Município estava disponível a repensar a aplicação destes fundos da taxa turística? -----

----- Acreditamos que a cidade tem características próprias que lhe fazem e que se constata, são um polo de atração fortíssimo para o turismo em Lisboa. Mas o que gostaríamos é que esta taxa cobrada a quem visita a cidade, e que pelos vistos está a ser bem aceite por quem nos visita, se a Câmara não quer repensar, se não está aberta a que repensem a aplicação da taxa? -----

----- Aplicá-la nos equipamentos que facilitam quem vive em Lisboa. Aplicá-la na mobilidade de quem anda no centro da cidade. Aplicá-la na disponibilidade e na regulamentação da habitação do centro da cidade para permitir que não haja um efeito de fuga para a periferia, mas sim uma capacidade de atração para o centro.-----

----- O problema do turismo em Lisboa está latente, é uma discussão que está em curso, teremos oportunidade de o discutir no debate sobre habitação em Lisboa, mas era importante perceber se em tempo de recolha de fundos perante os turistas que nos visitam se há abertura para a CML repensar a aplicação da taxa de turismo em prol de quem cá vive e de quem cá quer viver.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Senhor Presidente é que responde. -----

----- Senhor Presidente só também alertar já agora que há mais duas forças políticas que estão interessadas em formular questões sobre a taxa turística, nomeadamente o MPT e os Deputados Independentes.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Vou responder agora, porque senão também não daria nenhuma resposta ao Senhor Deputado Ricardo Robles, com a mesma expectativa que dê mais espaço para

o MPT e para os IND encontrarem outra pergunta para o Executivo que não sobre este tema.-----

----- O Senhor Deputado levanta questões que são importantes, mas que são de natureza diferente. -----

-----Em primeiro lugar a questão dos números do alojamento local, o impacto da sua legalização e o seu impacto na questão da habitação. Os números do alojamento local, é verdade aquilo que o Senhor Deputado refere de haver alguma quantificação diferenciada e o processo que nós temos em curso de negociação com as plataformas, já terminado com a Airbnb, de negociação com as outras plataformas vai ajudar a formalizar muito todo o sector a conhecermos muito todo o sector. -----

----- Aliás, esta é uma dificuldade que várias outras cidades têm. Estive há poucas semanas um encontro com o Vice-Presidente da Câmara de Barcelona, que tem precisamente a área do turismo e da economia a seu cargo. E uma das dificuldades que por exemplo em Barcelona se coloca é o facto de toda esta área do alojamento local, eles não têm acordo com a Airbnb e têm elevados níveis de informalidade ao nível das estimativas de habitação, na casa dos dezenas de milhares que eles estimam que estejam aplicadas neste sistema. E, por isso, ficaram muito interessados, aliás, com o modelo que nós conseguimos que só existe em Paris, já feito com Paris e agora connosco, porque este processo vai permitir precisamente conhecermos melhor qual é a utilização que está a ser feita da habitação para fim de alojamento local.-----

----- Precisaremos depois também ter alguma atenção aos números, porque estes números podem ter alguma oscilação, porque dado o alojamento local não ser um atributo permanente, isto é, pode uma habitação ser usada para alojamento local e pode deixar de ser usada para alojamento local, pode haver números que entrem no registo e que desapareçam do registo, porque assim é a vontade dos proprietários relativamente às casas. E, por isso, a minha expectativa é que o que nós vamos assistir nos próximos meses do ponto-de-vista das estatísticas, é um acréscimo e um incremento significativo dos números do alojamento local. Não que isso possa traduzir uma realidade de aumento da oferta, mas porque esse está a traduzir numa entrada no sistema de ofertas que neste momento existem e que não estão devidamente registadas. Para vermos só a discrepância, o número de alojamentos disponíveis nas plataformas é superior àqueles que contam dos registos, ainda, o que significa que ainda há uma parte de formalização de atividade existente que tem que ser feita. -----

----- Segunda questão que o Senhor Deputado coloca é no fundo o impacto disto e, no fundo, o impacto relativamente às questões da habitação e, no fundo, o seu impacto relativamente à questão do aumento dos preços.-----

----- Eu gostava de ser claro sobre este ponto. Lisboa neste momento vive uma circunstância marcada pelo facto de estarmos num momento de taxas de juro anormalmente baixas, por um período excecionalmente prolongado. O Senhor Deputado não encontrará muitos momentos de crise como este que tenham motivado política monetárias tão agressivas como estas que estão a ser colocadas, o que significa que não só há muita liquidez disponível como começa a haver menos

escassez de aplicações para os fundos de investimento e para o dinheiro que está disponível. E, por isso, o que se assiste em vários locais do mundo e aqui em Lisboa é uma aplicação de novo no imobiliário. Eu acho que este é o principal motivo relativamente aos preços da habitação que estamos a registar na cidade de Lisboa. Que não é uma realidade uniforme, isto é, este vetor de subida não é uniforme na cidade, tem uma certa concentração geográfica, mas este é sem dúvida o maior fator na minha opinião. -----

----- Há um segundo fator que tem a ver com o investimento estrangeiro, uma parte está neste primeiro grupo, o segundo tem a ver com o aproveitamento de diferenciais fiscais entre países e, nomeadamente a residência não permanente e, um terceiro fator tem a ver com o reaparecimento de uma tendência que é uma tendência com, diria eu, tradição no mercado da poupança em Portugal, que é uma predominância, um favorecimento do investimento em imobiliário em detrimento de outras aplicações. ---

----- Se o Senhor Deputado reparar, o volume de 90% das novas aquisições do mercado imobiliário são realizadas por portugueses. Uma parte disto resulta da procura do investimento imobiliário por alternativa a depósitos bancários, isto é, as pessoas recuperaram o seu hábito de deixarem de ter o dinheiro aplicado em bancos porque as remunerações da política monetária são muito baixas e algumas até com riscos de incerteza relativamente ao futuro e canalizam as poupanças para o mercado imobiliário. E um último aspeto que é o crescimento de novo do crédito habitação, por isso, o crédito habitação está de novo a subir com significado no nosso país como mecanismo de acesso à habitação. -----

----- E por isto, é neste quadro que eu acho que tem um peso muito significativo, onde está também a aparecer o fenómeno do alojamento local e o fenómeno do turismo. Esses fenómenos não são no seu global separáveis, nós não os podemos separar às fatias, mas eu acho que nós cometeríamos um erro enorme se pensássemos que aquilo que está a acontecer no mercado da habitação em Lisboa, no mercado imobiliário é razão direta, primeira ou direta, do fenómeno do turismo. Tem impacto? Tem. Tem relação? Tem. Até porque é o aproveitamento dos investimentos também para alojamento local que ajuda a algumas tomadas de decisão, mas eu acho que a dinâmica à qual nós estamos sujeitos, se os Senhores Deputados repararem bem, não é no fundo diferente da dinâmica a que Lisboa esteve sujeita nas últimas décadas, nomeadamente, até à década da crise. -----

----- Isto é, onde o domínio do paradigma do investimento em imobiliário era forte, onde o paradigma do investimento da aquisição de casa própria através de crédito habitação era forte, onde agora se acrescenta algo que já era tradicional numas décadas anteriores que depois do pós 25 de Abril se alterou um pouco que era alguma diversificação da poupança para os bancos, para os depósitos a prazo, para outras fontes de investimento que era algo que não era tradicional nas épocas antes do 25 de Abril, mas que depois se tornou tradicional, houve aqui de certa forma um regresso a um padrão mais tradicional, diria eu, de segurança das famílias voltarem a investir em imobiliário. -----

----- E é este o quadro de fundo sobre o qual nós estamos a trabalhar neste momento na cidade de Lisboa e é um quadro que é diferente daquele que nós antecipávamos há poucos anos atrás, onde esperávamos que o reaparecimento arrendamento, isto é, que as limitações do acesso ao crédito fossem algo de permanente e que viessem para ficar durante muitos anos. Não é isso que está a acontecer, que se nota e isso coloca obviamente um desafio na cidade de Lisboa que é um desafio, aliás, que não é novo, que era o desafio que nós já tínhamos que é o problema do acesso à habitação a custos acessíveis. -----

----- E, por isso, eu acho que sem prejudicar outras medidas, correções, afinações que seja preciso fazer num equilíbrio destas dimensões, eu não tenho dúvidas em afirmar que a resposta mais estratégica que a cidade tem para esta questão da habitação é precisamente o programa da renda acessível. É o programa da renda acessível que é no fundo um programa que vai permitir colocar um número, esperamos nós, tão significativo de habitações a custos baixos que permitam, por um lado o repovoamento da cidade e por outro lado também a influência nos preços de mercado, porque de outra forma nós não teremos instrumentos de intervenção com poder suficiente. -----

----- O programa na versão que nós o apresentámos, eu quero, a nossa ambição é que ele seja a versão inicial do programa, isto é, nós queremos ser bem-sucedidos no lançamento dos programas piloto, das iniciativas piloto, destes primeiros lotes que avançamos. -----

----- Mas a nossa ambição é, se funcionar o modelo e temos que ter a humildade de o testar primeiro para saber se ele funciona, é ampliá-lo a uma escala tal que ele possa verdadeiramente ser um instrumento de acesso das famílias das classes médias à habitação colmatando aquilo que é, de facto, uma ausência no segmento do acesso à habitação que o nosso país tem e que outros países não têm. -----

----- Isto é, nós cumprimos muito bem, cumprimos bem, há sempre necessidades para cumprir naturalmente, mas nós fizemos um avanço grande relativamente ao acesso à habitação das classes mais desfavorecidas com todo o programa da habitação social, nomeadamente que em Lisboa se desenvolveu no pós 25 de Abril. -----

----- Mas há aqui uma fatia que outras cidades têm e que Lisboa não tem, que em Portugal não houve essa tradição de desenvolver que são políticas públicas de habitação dirigidas às classes médias, isto é, aqueles que não caíndo nos patamares da habitação social, ainda assim têm todo o direito a poder viver numa cidade capital, no centro de uma cidade como Lisboa, pagando os preços acessíveis relativamente a isto. -----

----- Terceira e última questão Senhor Deputado e, por isso, em síntese sobre isto, o seguinte. Era muito importante, este é um debate de grande importância e estratégico sobre a cidade de Lisboa porque toca com a questão do povoamento, toca com a questão do número de habitantes, toca com a questão de direitos fundamentais de acesso à habitação, toca com questões complexas que é a sua ligação com o turismo que em si próprio é um tema de grande complexidade e com o qual a cidade vai se debater. -----

----- É um tema que entrou para o debate permanente da agenda política da cidade, mas que eu gostava de o posicionar nos seus devidos termos. Nós neste momento estamos na confluência de um conjunto muito significativo de fenómenos sobre o preço da habitação, do qual o turismo não é o maior deles, longe de ser o maior. O que se está a passar no mercado monetário e o que se está a passar na relação dos portugueses com o crédito habitação e com a aplicação das poupanças tem mais significado, sem dúvida que tem mais significado, do que o turismo. -----

----- Terceira questão que o Senhor Deputado colocou relativamente ao fundo de desenvolvimento turístico e ao seu destino. Em primeiro lugar as entidades que constituem o comité de análise do fundo não são três, estas são as três primeiras, o fundo para funcionar tem que ter cinco entidades e poderá funcionar até um máximo de nove e nós queremos alargá-lo, se não no imediato, mas queremos que a breve prazo possa ter nove. -----

----- O destino dos fundos também é claro no regulamento, devem ser aqueles investimentos que promovam a sustentabilidade do turismo na cidade de Lisboa. E aqui é que eu acho que não há nenhuma divergência, nenhuma divergência, entre a preservação de elementos centrais de autenticidade da cidade de Lisboa e o desenvolvimento do turismo da cidade de Lisboa. Eu acho que há um certo debate na opinião pública, mais numa certa opinião publicada que coloca um confronto entre o desenvolvimento turístico e a preservação de autenticidade. Eu não tenho nenhuma dúvida que, a preservação de autenticidade e de elementos de autenticidade da cidade, é essencial, é um pilar essencial do desenvolvimento do turismo na cidade, porque se assim não for o que acontecerá a breve trecho é que a nossa oferta será menos própria, será menos autêntica, será menos diversificada, será mais comum, será mais banal comparada com outras ofertas turísticas e perderá valor por isso. -----

----- E por isso não há nenhuma incompatibilidade, pelo contrário, preservar a autenticidade da cidade é preservar também o futuro do turismo na cidade de Lisboa e, por isso, nas aplicações do fundo o debate está agora a iniciar-se. Não há ainda decisões tomadas sobre essa matéria, mas obviamente que deverão ter lugar desde propostas de investimento em novas atratividades da cidade, como por exemplo o museu judaico que é uma das propostas que está em cima da mesa, como a utilização da Ponte 25 de Abril é outra das propostas, como haverá mais propostas que poderão estar em cima da mesa. Como também não está nada excluído com outras medidas de preservação de património, de edificado, de medidas protetoras de determinadas realidades da cidade, isso tenho de lhe dizer Senhor Deputado, há uma grande unanimidade dos vários parceiros do setor de turismo de que isso é um investimento também no turismo e no futuro da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos passar à próxima pergunta. -----

----- A Mesa informa que o PCP colocou quatro temas, vamos ver o que é que a Senhora Deputada vai colocar agora.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Deputados Municipais.-----

----- A minha pergunta à Câmara tem que ver com um problema grave para a cidade e para os utentes dos transportes, que é o da linha verde do Metropolitano.-----

----- Embora este assunto esteja a ser discutido em sede da 8ª Comissão, a de mobilidade, com todo o desenvolvimento e numa perspetiva mais global, a urgência da situação que ainda hoje, por exemplo, os órgãos de comunicação social disso dão conta. Requer que se coloque desde já a questão do número de carruagens a circular nesta linha verde?-----

----- Segundo a empresa de transportes de Lisboa, em várias respostas a reclamações de utentes, a redução do número de carruagens de quatro, que era o número que circulava no passado, para três, teve por fim um ajuste da oferta á procura numa logica de otimização dos recursos. Ignorando completamente que no setor dos transportes públicos, é a oferta que gere a procura e que quanto mais oferta houver, mais procura.-----

----- A linha verde passou a operar com três carruagens, o que teria permitido disponibilizar mais carruagens para outras linhas, segundo ainda a transportes de Lisboa, o que é um argumento deveras espantoso de resposta a este problema de carência de oferta.-----

----- Neste contexto, perguntamos mais uma vez à Câmara quais as diligências que pensa fazer junto do Metropolitano no sentido da reposição imediata de quatro carruagens na linha verde, forma de minorar os graves transtornos para os utentes da cidade?-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- E, portanto, ficou por uma questão.-----

----- E eu pergunto ao Senhor Presidente quem é que responde?-----

----- A Mesa aguarda indicação da Câmara.-----

----- É o Senhor Presidente da Câmara que responde.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Fernando Medina** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente eu não tenho informação, a Câmara não tem informação que possa habilitar a dar a resposta da diminuição de quatro para três carruagens. Iremos obter a informação junto da administração do Metro e facultar essa informação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- E vamos prosseguir então. -----
----- Os Deputados Independentes colocam dois temas, vamos ver qual é o tema que a
Senhora Deputada vai trazer.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a
seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, caros Vereadores
e Vereadoras, caros Deputados e Deputadas, cidadãos e cidadãs, outros presentes.-----
----- Nós tínhamos posto, de facto, duas questões e relativamente à taxa turística e
muito brevemente, era de facto sabermos o estado da arte que já foi explanado pelo
Senhor Presidente. -----
----- Nós continuamos a achar que Lisboa é naturalmente uma cidade acolhedora, a
prova mais última disto provavelmente é que nestes festejos últimos das vitórias de
um desporto chamado futebol, mas também porque alguns de nós comemorámos
também nas ruas, o formidável festejo que foi dos atletas. Havia naturalmente
Franceses com as cores da França, havia muita gente que nos vinha também felicitar,
isto porque se sentem seguros, isto porque se sentem acolhidos e nem sempre isto
acontece noutros locais. -----
----- Relativamente à questão da mudança dos trabalhadores para o Entrepasto e esta
era, de facto, a questão que eu ia agora pôr visto que a taxa turística está explanada do
nosso ponto-de-vista. Era também um pouco o ponto da situação, isto foi um aspeto
muito polémico, em sede de comissão ouvimos os peticionários, ouvimos também
depois o que o Vereador tinha também para nos dizer. -----
----- Nós pensamos que este é um processo com algum carater de exemplaridade em
que todos foram, no fundo, vigiando o processo, os próprios sindicatos nós
consideramos que são naturalmente os representantes dos trabalhadores, estiveram de
acordo e monitorizam. Mas queremos saber em que ponto é que está Senhor
Presidente? -----
----- Obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra, fez a
seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Pergunto quem responde. -----
----- Suponho que será o Senhor Vereador João Paulo Saraiva ou o Senhor
Presidente.” -----
----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, respondeu o
seguinte: -----
----- “Muito boa tarde a todos. -----
----- Esta questão que temos estado a monitorizar e a avaliar ao longo do tempo das
mudanças ao nível das instalações do Município, vai ter em breve um próximo
episódio e dar conta disso. Um próximo momento em que a 1ª Comissão da
Assembleia Municipal, na próxima quinta-feira vai poder constatar *in loco* as questões
que entender convenientes, porque vamos visitar o edifício do Entrepasto e, portanto,

as instalações dos trabalhadores do Município que mudaram de Alcântara para os Olivais II, mais propriamente para o edifício do Entrepasto. -----

----- Como todos sabem a situação tem decorrido, esta mudança tem decorrido com toda a normalidade, como vão verificar pela visita às instalações, a normalidade e a operacionalidade é total daqueles serviços. Também nesse dia distribuiremos o primeiro *report* aos Senhores Deputados e à CML, o primeiro *report* de monitorização de todas as regras legais que tinham e têm que ser cumpridas e monitorizadas, sem prejuízo da contínua monitorização mais fina de um conjunto de aspetos de melhoria com os quais nos fomos comprometendo. -----

----- Mas reafirmar aqui a concluir de forma sintética, reiterar aqui que todas as regras legais estão a ser cumpridas e as condições de trabalho tiveram e vão continuar a ter um *upgrade* relativamente àquilo que era a situação de Alcântara. E, já agora, sublinhando que vão ficar acima da média de muitas outras instalações municipais e com isto, no fundo, o que nos vai obrigar é, que aliás já estamos a planear, é que nas outras instalações municipais também desenvolvermos um conjunto de processos de melhoria para que esta média ainda possa ser superada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- E vamos prosseguir. -----

----- O senhor Deputado José Moreno tem apenas uma questão, uma questão muito importante, mas é apenas uma. Vamos ouvir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, caras e caros Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Pese embora a questão que coloco aqui não obrigar a grande dissertação, para não destoar também relativamente ao formato deste debate, venho aqui hoje formular diretamente a pergunta à Câmara que é a seguinte. -----

----- Atendendo a que estamos a dois meses de iniciar mais um ano escolar sem que esteja resolvido o elevado défice de equipamentos escolares no Parque das Nações, com os enormes e conhecidos prejuízos que isso tem para as famílias e crianças que ali residem. -----

----- Pergunta-se à CML, qual a previsão para o início da construção da escola básica da zona Norte, no PP6? -----

----- E se há alguma informação do Ministério da Educação sobre o arranque da segunda fase da escola Parque das Nações, situada no PP3? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A pergunta é sucinta, mas é de fundo. -----
----- Pergunto ao Senhor Presidente quem é que responde? -----
----- O Senhor Vice-Presidente.” -----
----- **O Senhor Vice Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----
----- Obrigado Senhor Presidente do Parque das Nações. Dizer que a CML partilha a preocupação...” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Oh Senhores Deputados eu peço desculpa mas há algum ruído na sala, portanto, pedia que se os Senhores Deputados têm de falar uns com os outros pedia que não o fizessem aqui na sala e que o fizessem lá fora. -----
----- Vamos prosseguir Senhor Vice-Presidente.” -----
----- **O Senhor Vice Presidente Duarte Cordeiro** prosseguiu com a resposta: -----
----- “A CML partilha a preocupação da junta de freguesia, partilha, digamos assim, a ansiedade da espera pela resolução da questão. -----
----- Como é do conhecimento do Senhor Presidente, a Parque das Nações, a entidade que geria a Parque Expo, está em processo de extinção que se prevê que seja concluído até ao final do ano. -----
----- Da informação que nós tivemos da parte do Governo, o terreno que permitirá a ampliação da escola do Parque das nações é propriedade da Parque Expo e, portanto, existe neste momento esse aspeto, que é um aspeto que está de alguma maneira a empatar, digamos assim, o desenvolvimento mais rápido deste processo, diz respeito no fundo à extinção da Parque das Nações. -----
----- A CML junto do Governo já diligenciou a vontade de desafetar mais rapidamente esse terreno, estando disponível se necessário, para compensar a Parque Expo da desafetação desse terreno. Nós estamos a aguardar da parte do Governo, nomeadamente do Ministério das Finanças que se agende uma reunião para tentar avaliar se é possível. -----
----- Da parte da Câmara está a ser feito todos os desenvolvimentos, estamos certos que é uma situação que já esteve mais longe, está identificada, que tem que ser resolvida, que será naturalmente resolvida com a extinção da Parque Expo, mas nós queríamos que isso acontecesse antes, portanto, não ficasse até ao final do ano. E, portanto, estamos a fazer os nossos esforços, vamos aguardar para perceber se temos que esperar pelo final, pela extinção da empresa, ou simplesmente conseguimos resolver antes do final do ano. -----
----- Sabemos também que o Ministério da Educação tem a verba reservada para ampliação da escola no Orçamento de Estado e, portanto, é uma situação que do nosso lado já transmitimos ao Governo que gostaríamos que seja resolvida o mais rapidamente possível.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----
----- E vamos prosseguir. -----
----- O CDS-PP tem quatro temas a colocar.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros Deputados, caro público.-----
----- Nós faremos uma intervenção com a totalidade das quatro perguntas, as três primeiras dedicadas à área da mobilidade e acessibilidades e uma última sobre toponímia.-----
----- A primeira diz respeito e no seguimento de uma recomendação que o CDS apresentou nesta Câmara em Abril de 2012, relativa e que propunha a criação de novos parques de estacionamento dedicados a motociclos, em particular na zona da Baixa e do Chiado, ou então a expansão dos existentes.-----
----- A verdade é que passado alguns anos verificou-se algum aumento desses parques, mas também se verificou um aumento dos utilizadores de motociclos. E, portanto, hoje em dia quer a Baixa, quer o Chiado, quer a própria Avenida da Liberdade, não têm conseguido dar uma resposta e dar vazão a esta procura. E, portanto, o que assistimos é a uma proliferação de estacionamento de motociclos e também de velocípedes em cima dos passeios.-----
----- E nessa medida, gostaríamos de perguntar ao Executivo que medidas têm pensadas nesta matéria, se estão previstos mais parques de estacionamento, seja a expansão dos existentes, seja novos parques? Sabemos que eles foram criados, como disse, vários parques nomeadamente na Avenida da Liberdade com a alteração do sentido de circulação das vias, mas a verdade é que eles não acompanham também o aumento dos utilizadores deste modo de transporte que como sabemos beneficia o ambiente e beneficia, no fundo, a cidade e a sua mobilidade.-----
----- A segunda pergunta tem a ver com uma zona da cidade que é a Freguesia dos Olivais que acaba por ser em si mesma, uma cidade. E tem a ver obviamente com a questão da mobilidade e a política de estacionamento nesta freguesia.-----
----- Nós consideramos que na base da problemática do estacionamento nesta freguesia encontram-se vários fatores. O crescimento exponencial do parque automóvel por habitação, o surgimento de novos espaços comerciais, instituições e empresas, mas sobretudo de viaturas provenientes de fora da freguesia por utilizadores que apenas utilizam o espaço físico de forma gratuita para parquearem as viaturas enquanto vão trabalhar nas imediações da freguesia. Exemplo claro desta prática são os trabalhadores do Parque das Nações, do Aeroporto, mas também de muitos utilizadores do Metro.-----
----- Ainda há pouco tempo trouxemos a esta Assembleia a situação que se vive na zona envolvente do (...) e que foi aqui aprovada, através de uma recomendação, o pedido de uma rápida resolução por parte da Câmara em conjunto com a junta de freguesia.-----

----- Assiste-se também desta forma a enorme pressão do território dos Olivais, ao qual importa esta alerta, precaver e impedir sempre que possível o seu agravamento. A verdade é que o estacionamento nos Olivais não abunda e a junta de freguesia nos últimos anos, optou pela criação de lugares de estacionamento ocupando parte dos passeios destinados à circulação de peões. Simultaneamente e bem, foram criados ou ordenados, lugares de estacionamento como é o caso da circular Norte, no bairro da Encarnação, junto à Rua Vice-almirante Augusto Castro Guedes e também na Avenida de Berlim entre outros locais. -----

----- Que a intenção seja a de salvaguardar lugares para moradores estamos de acordo, mas a verdade é que esta opção levanta-nos algumas dúvidas sobre o seu enquadramento legal e regulamentar, embora a Câmara no âmbito das suas competências possa deliberar sobre o ordenamento do espaço público e viário. Contudo, é sabido que qualquer alteração nesta matéria exige um *layout* ou um perfilhamento devidamente aprovado ou com um parecer da CML através do DMMT. -----

----- Independentemente desta necessidade há várias situações que entendemos não cumprir a legislação rodoviária e, muito menos, a lei das acessibilidades. A título de exemplo verifique-se o estacionamento criado em cima do passeio na Rua dos Eucaliptos, artéria onde não resta espaço onde não resta espaço para a circulação de peões que assim se veem obrigados a prosseguir pelo passeio encostado às vivendas onde, por inúmeras vezes, também existem viaturas estacionadas, estas ilegalmente. Na Rua da Portela, via com dois sentidos de trânsito, o estacionamento em plena via impede a passagem de dois carros em simultâneo. São duas situações entre várias que merecem atenção por parte do Município. Já na Rua de Cabina a junta criou estacionamento em cima do passeio nos dois lados da rua, eliminando qualquer hipótese de utilização deste. -----

----- A acrescer a esta realidade a freguesia vê-se ainda fustigada pela circulação e estacionamento de veículos pesados e atrelados, junto ironicamente à esquadra da PSP, quando as vias de acesso à freguesia referem a proibição através de sinalética, à circulação e estacionamento destes veículos. -----

----- Também o parque junto ao cemitério dos Olivais se encontra constantemente ocupado por viaturas que retiram capacidade de estacionamento durante as exéquias fúnebres, presumindo-se serem ocupados tanto quanto é possível aferir, por utilizadores da linha do Metro. -----

----- Não está em causa o esforço que as autarquias, neste caso a Câmara e a junta, têm feito e colocado na resolução deste problema, mas importa que o Município perante estes dados apresente uma estratégia global e eficaz. -----

----- Em suma Senhor Presidente e Senhor Vereador com esta competência, face à problemática relatada, as solicitações de esclarecimento que nos têm chegado de moradores e a necessidade de encontrar medidas resolutivas, perguntamos ao Executivo: -----

----- Pretende a Câmara, como o CDS sugere, implementar um plano de mobilidade que contemple trânsito e estacionamento para a Freguesia dos Olivais, elaborado numa perspetiva integrada? -----

----- Tem a Câmara acompanhado a introdução do estacionamento em cima dos passeios por parte da junta, nomeadamente no desenho e perfil do mesmo ou através da emissão de parecer favorável?-----

----- É este ordenamento de estacionamento aferido aquando da sua implementação e posteriormente pelos serviços camarários? -----

----- Tem a Câmara verificado o cumprimento da distância mínima exigida nos passeios para a circulação de pessoas, em particular as de mobilidade reduzida? -----

----- Que medidas estão previstas no combate ao estacionamento de veículos pesados e atrelados no interior de freguesia? -----

----- E por fim. Que fiscalização tem a câmara efetuado através da Polícia Municipal em articulação com a PSP, no estacionamento abusivo na freguesia nos casos que já relatámos?-----

----- A terceira pergunta diz respeito à Freguesia de Santa Maria Maior, junto à Sé de Lisboa, onde se continua a assistir a uma grande afluência de viaturas pesadas de passageiros que ali vão deixar e recolher turistas. O comprimento destas viaturas e as manobras de inversão de marcha que efetuam provocam por vezes um conflito no tráfego e até o impedimento da circulação automóvel durante alguns períodos, causando incómodo a quem ali habita ou circula. Aliás, tem sido caso recorrente ver autocarros que apenas a muito custo efetuam a curva de acesso à Rua da Madalena, oriundos da Rua de São Julião. -----

----- Embora com impactos diferentes, a verdade é que os autocarros acabam por ter muitas vezes o efeito invasivo dos Tuk-Tuk. Mas voltando a esta questão particular dos autocarros, parece-nos essencial que o Município avalie esta questão que deverá passar, no nosso entender, por uma limitação do número de veículos a entrar e respetivos horários ou, preferencialmente, que veículos com determinada dimensão não possam circular em zonas de arruamento com perfis estreitos e de difícil mobilidade. -----

----- A solução poderá passar também pela criação de uma zona de tomada e largada de passageiros junto ao Campo das Cebolas, pensando já no novo elevador de ligação à Sé e, simultaneamente, no regulamento de acesso ao Castelo.-----

----- São algumas ideias que queríamos deixar, mas obviamente a pergunta cai sobre quem tem responsabilidades, ou seja, o Executivo.-----

----- E, portanto, questionamos que diligências têm sido tomadas pela Câmara nesta matéria? Se as pretende tomar? E para que possam, obviamente, atenuar e finalmente resolver esta situação. -----

----- Por fim a última questão que tem a ver com toponímia. -----

----- Relembrar que em 14 de Fevereiro último, o CDS endereçou um requerimento à Senhora Presidente da Assembleia no sentido de obter esclarecimentos por parte da Câmara, sobre uma matéria que nos deixou desconfortáveis. -----

----- Em 9 de Fevereiro de 2010, portanto, há mais de 6 anos por proposta do CDS, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um Voto de Pesar pelo falecimento de Rosa Lobato de Faria e a atribuição toponímica à personalidade em apreço. -----

----- Em 28 de Setembro de 2015, mais de 5 anos depois, reuniu a Comissão Municipal de Toponímia que entendeu recusar a presente atribuição e distinção. -----
----- Importa ressaltar que nesta questão não está em causa a personalidade referida, mas entender por que critérios se rege a Comissão de Toponímia.-----
----- Sabemos também que a cidade de Lisboa se encontra praticamente consolidada no que respeita a arruamentos, mas somos da opinião que a Câmara e a Comissão Municipal de Toponímia também podem refletir sobre as inúmeras repetições que existem na cidade, a nível de atribuição de toponímias, seja com o mesmo nome para largos, becos, ruas.-----
----- Contudo, esta é uma matéria que carecerá sempre do desenvolvimento do Gabinete de Estudos Olisiponenses, no nosso entender, e em particular das juntas de freguesia no sentido de aferir o impacto e a ligação histórica e afetiva que as comunidades têm relativamente à atribuição do nome das suas ruas.-----
----- Mas mesmo sabendo desta consolidação de arruamentos, também é público que propostas mais recentes, mais de 6 anos depois desta apresentada por nós e que agora teve um chumbo por parte da comissão de toponímia, têm recebido parecer positivo desta comissão, bem como a atribuição do topónimo se encontrar já implementada. ----
----- Por isso, queria pedir à Câmara e o CDS entende que deve ser conhecida e esclarecida a fundamentação específica que originou este parecer negativo a par de outros, seja destas ou de outras propostas, como é óbvio. Queremos tomar conhecimento da Ata da reunião de 28 de Setembro de 2015 e da informação detalhada sobre os pareceres negativos na atribuição de topónimo nos últimos 2 anos, nomeadamente, as Atas que reflitam as propostas de personalidades alvo de apreciação e a respetiva fundamentação para o parecer negativo.-----
----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara quem é que responde? Portanto, temos quatro questões. -----
----- Senhor Vereador Manuel Salgado lembrando, portanto, o estacionamento para motociclos na Baixa e o estacionamento em geral na Baixa e depois o prolema dos Olivais em particular e a questão dos veículos de pesados de passageiros no centro histórico.” -----
----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu o seguinte: --
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----
----- Muito boa tarde a todos os Senhores Deputados. -----
----- Eu começaria exatamente pela questão de Santa Maria Maior. -----
----- Relativamente aos acessos ao Castelo, como é conhecido, a Câmara está a desenvolver um programa de acessos pedonais assistidos por meios mecânicos, nomeadamente, um elevador, um novo elevador que permitirá o acesso do Campo das Cebolas à Sé, um funicular que permitirá a ligação à colina do Castelo do lado do

Martim Moniz e um sistema de escadas rolantes que parte exatamente do Martim Moniz até ao Castelo. -----

----- Este sistema de três novos percursos vem complementar aquele que já hoje existe, com os elevadores localizados na Rua dos Fanqueiros e no antigo Mercado do Chão do Loureiro. O nosso objetivo é que pondo em funcionamento este conjunto de meios mecânicos e melhorando os percursos pedonais, seja possível e desejável condicionar fortemente o acesso de autocarros de turismo ao Castelo. -----

----- Este é o projeto que temos, é sobre este projeto que estamos a trabalhar e que nos permitirá, de facto, num prazo relativamente próximo reduzir drasticamente os conflitos que foram aqui referidos. -----

----- Quanto às questões de estacionamento no Bairro dos Olivais, nomeadamente em torno do centro comercial, neste momento não me recordo do nome da rua e no bairro da Encarnação, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho conjunto entre a Junta de Freguesia dos Olivais e os serviços da DMMT, no sentido de estudar alternativas que respondam exatamente às solicitações que foram colocadas. -----

----- A junta tem tido um papel muito ativo nesta matéria, lançando um inquérito, trabalhando esse inquérito no fundo de encontrar as melhores soluções e introduzir as correções que eventualmente se venham a justificar, relativamente às obras que foram feitas já no mandato anterior. -----

----- No bairro da Encarnação aquilo que se passa é um pouco aquilo que se passa em bairros que são próximos das entradas da cidade que já estão servidos pelo Metropolitano, onde muitas pessoas que vêm de fora da cidade largam os carros para apanhar o Metropolitano. -----

----- Portanto, nós temos em curso um programa de parques dissuasores que em breve será anunciado juntamente com a política de novos parques de estacionamento. Essa é uma tarefa absolutamente essencial de desenvolver. -----

----- Simultaneamente está em curso o ordenamento do estacionamento, nomeadamente no bairro da Encarnação, o que a prazo terá que passar certamente por um reperfilamento das ruas, uma reorganização do desenho, reduzindo ou retirando passeios definindo pavimentos contínuos, mas com um sistema de balizadores, seja pilaretes, sejam outros que permitam efetivamente criar percursos seguros e confortáveis para os peões, mas simultaneamente permitir o estacionamento necessário naquele bairro. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- A Senhora vereadora Catarina Vaz Pinto sobre a questão da toponímia.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação à toponímia de facto houve este pedido da Assembleia para ser apreciado o nome, esse pedido foi objeto de um parecer negativo pela Comissão de

Toponímia, a resposta foi enviada à AML, contudo ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, mas contudo não foi acompanhada da respetiva Ata que eu enviarei com brevidade. -----

----- O que se passou aqui em relação à escritora Rosa Lobato Faria e que tem sido agora prática corrente nas últimas de toponímia, é que tendo em conta o facto de termos um conjunto de arruamentos escassos, portanto, são muito escassas as ruas que existem para atribuição de topónimos, tem havido alguma contenção na atribuição, sobretudo quando essas pessoas já são homenageadas noutros espaços públicos da cidade, nomeadamente escolas, museus, bibliotecas. É o caso de Rosa Lobato Faria que já tem um nome de escola atribuído e, portanto, foi essa a razão principal pela qual este topónimo não foi aprovado. -----

----- Aliás, atualmente o que se faz é que quando se entende que, enfim, que já não há ruas disponíveis nós procuramos sempre ver se há escolas com nomes por atribuir, jardins, portanto, é importante que esse nome esteja assinalado na cidade e de facto a Rosa Lobato Faria já tem o nome numa escola. E foi essa a razão principal pela qual se entendeu também que neste contexto específico de escassez de arruamentos, não se deveria atribuir ainda mais um nome de rua. -----

----- Mas eu vou fazer chegar a Ata também ao Grupo e também, novamente, o regulamento da toponímia em que são clarificados quais são os critérios com base na qual a comissão decide. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora. -----

----- Vamos ouvir mais um Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados com a intervenção do Senhor Deputado Vasco Santos termina a primeira ronda de intervenções, depois temos inscritos alguns Senhores Deputados para novas rondas, mas são já agora grupos mais pequenos, conjuntos de perguntas, não é grupos municipais. -----

----- O Senhor Deputado Vasco Santos tinha quatro temas dos quais dois já foram afluídos, a questão da Fundação ‘O Século’ e a questão da taxa turística, poderá querer voltar a eles e tinha mais dois temas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, cumprimento também a restante Mesa, o Senhor Presidente da CML, Vereadores, caros Deputados e restantes presentes. -----

----- É verdade que há dois pontos que já foram respondidos em parte pelas nossas dúvidas e que não os vamos colocar, não vamos insistir neles. Resta-nos mais duas perguntas em que vou colocar agora uma pergunta nesta ronda e a próxima provavelmente na próxima ronda. -----

----- Em relação aos semáforos *countdown*, em 15 de Julho último, fez um ano que nesta Assembleia foi aprovada uma recomendação do MPT para a introdução dos mesmos. Já que a cidade de Lisboa pelo tráfego que possui tem em termos absolutos

os piores índices de segurança rodoviária, tem mais acidentes, mais vítimas mortais, mais atropelamentos. -----

----- A solução de semáforos com contagem decrescente de segundos que informam os peões e também os automobilistas do tempo que falta para o fim dos mesmos, pode ser mais uma forma para melhorar esses números de sinistralidade que existe na cidade de Lisboa, pelo menos nas artérias principais a sua introdução seria benéfica ao exemplo do que já existe no Parque das Nações junto ao Centro Comercial Vasco da Gama. -----

----- Para quando a introdução destes semáforos nas principais avenidas da cidade? ----

----- Para quando o melhoramento da rede de semáforos? Principalmente com o tempo, a cadência nas artérias principais, de forma a não permitir velocidades mais elevadas, a não permitir que os automobilistas tenham que passar o limite de velocidade para conseguir passar o semáforo seguinte? De forma a estruturar o trânsito, falo também das lombas. -----

----- Para quando o Plano Municipal de Segurança Rodoviária? -----

----- Para quando uma estratégia integrada no combate à sinistralidade rodoviária na cidade de Lisboa? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado se quiser pode pôr já a outra questão, não precisa de se inscrever novamente. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu prefiro que me seja respondida uma de cada vez. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem. -----

----- Senhor Presidente pergunto quem responde a esta questão dos semáforos em contagem decrescente? -----

----- O Senhor Vereador Carlos Castro.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Senhor Deputado obrigado pela sua questão, como tao bem referiu foi apresentado aqui há uns meses nesta Assembleia Municipal e neste momento os serviços municipais estão a fazer uma análise desta matéria, para depois nos pronunciarmos no sentido da sua implementação ou não. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, terminámos esta primeira ronda de intervenções, vamos começar a segunda ronda. -----

----- A Mesa recorda que «Os Verdes» tinham cinco temas, dos quais o Senhor Deputado Sobreda Antunes já tinha suscitado três, restam dois e poderá haver insistência nalgum dos três anteriores.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta segunda intervenção de «Os Verdes», uma das perguntas que temos a colocar ao Executivo, é uma questão já colocada na apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, que ficou sem resposta. Devido à importância do tema, consideramos que é pertinente voltar a trazer este assunto, para que desta vez possamos obter os devidos esclarecimentos.-----

----- Há cerca de um ano, “Os Verdes” apresentaram nesta Assembleia uma recomendação sobre a melhoria da qualidade do ar em Lisboa. Esta proposta surgiu no seguimento de uma lista divulgada em que era avaliado o desempenho na melhoria da qualidade do ar de 23 cidades. Lisboa, que integrou esta lista pela primeira vez, ficou na 22ª posição, ou seja, em penúltimo lugar, com valores de poluição acima dos permitidos pela União Europeia. -----

----- O que sucede é que apesar dos esforços para diminuir a poluição atmosférica, com a implementação de algumas medidas, Lisboa ainda está muito aquém do exigido pela legislação europeia, principalmente quando falamos na promoção do transporte público. -----

----- Sabemos que o Senhor Vereador anunciou que a CML se vai comprometer a reduzir em pelo menos 40% as emissões de dióxido de carbono e de outros gases com efeitos de estufa até 2030, através do reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis, apresentando um plano específico para a adaptação às alterações climáticas.-----

----- Importa ainda referir que recentemente foi divulgado um estudo que conclui que a qualidade do ar na área metropolitana de Lisboa melhorou nos últimos 30 anos, mas a Avenida da Liberdade continua a ser a zona mais problemática da cidade, sendo um dos locais mais poluídos e que apresenta o menor número de espécies.-----

----- Perante isto, e como Lisboa apresenta elevados níveis de poluição há vários anos, situação que representa perigo para a saúde, e uma vez que a poluição atmosférica é um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida, «Os Verdes» propuseram, entre várias medidas com vista à melhoria da qualidade do ar, que a CML disponibilizasse informação sobre os níveis de poluição atmosférica, através dos meios de divulgação municipal. -----

----- Gostaríamos, portanto, que o executivo nos esclarecesse sobre o que foi feito, entretanto, para a concretização desta medida, tendo em conta que já passou um ano e que esta informação deveria já ter sido disponibilizada, tal como foi aprovado nesta Assembleia, por todos os Senhores Deputados. -----

----- O último tema que «Os Verdes» têm para apresentar está relacionado com o Julgado de Paz de Lisboa. -----

----- Os Julgados de Paz são tribunais dotados de características de funcionamento e organização próprias, que se encontram em funcionamento desde 2002 e que foram criados através da Lei nº 78/2001 de 13 de Julho. Estes tribunais são competentes para resolver causas de valor reduzido de natureza cível, excluindo as que envolvam matérias de direito de família, direito das sucessões e direito do trabalho, de forma rápida e com custos reduzidos para os cidadãos. -----

----- O Julgado de Paz de Lisboa está instalado há cerca de quinze anos em Telheiras, na Rua Professor Vieira de Almeida, nº 3. Atualmente, estas instalações já não apresentam as condições devidas para albergar estes serviços, por se encontrarem parcialmente degradadas e porque o espaço é exíguo devido ao número de processos, situação que se prevê venha a piorar no seguimento de uma alteração legislativa a nível das competências dos Julgados de Paz, o que fará com que haja um aumento dos processos. -----

----- Face às dificuldades descritas e sentidas por quem lá trabalha e recorre a este serviço, as perguntas de «Os Verdes» são as seguintes: -----

----- A CML tem conhecimento das atuais condições físicas da loja onde funciona o Julgado de Paz de Lisboa? -----

----- Foi ou vai ser tomada alguma diligência no sentido de dotar o Julgado de Paz das condições mínimas necessárias ao seu funcionamento? -----

----- E por último. Estão ou não previstas diligências, através do Ministério da Justiça, para a abertura de outro Julgado de Paz na cidade de Lisboa? -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Pergunto quem é que responde? -----

----- O Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Senhora Deputada Cláudia Madeira. -----

----- Em relação à questão que colocou em último lugar, referir-lhe que sim, que temos conhecimento das lacunas do ponto-de-vista de funcionamento dos Julgados de Paz e estamos neste momento com eles a trabalhar, nomeadamente com os juízes, a trabalhar no que diz respeito à reposta às necessidades que estão identificadas. -----

----- Também estamos a trabalhar no sentido de identificar localizações para uma futura localização de um segundo Julgado de Paz. Sendo que entendemos para já que é mais importante resolver definitivamente algumas das questões de funcionamento do que temos neste momento a funcionar na cidade e, nomeadamente, também tendo em conta as questões que a Senhora Deputada referiu quanto a um reforço de competências do Julgado de Paz. -----

----- Portanto, estamos exatamente neste momento a identificar as questões relativas às necessidades de recursos humanos, as questões relativas aos equipamentos

obsoletos e a necessidade de substituição, a necessidade de encontrar espaço para nomeadamente armazenar o arquivo que existe e estamos a fazê-lo também com o conhecimento do Ministério da Justiça, portanto, esperamos em breve dar resposta a todas estas necessidades.-----

----- Assim que existirem novidades também sobre o novo Julgado de Paz daremos conta à Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, acrescentou o seguinte: -----

----- “E a questão da qualidade do ar?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Quanto à questão da qualidade do ar e lamentando o facto de não estar em condições de responder uma vez que já é a segunda vez que os Verdes a colocam, enviaremos por escrito todas as respostas às questões que foram solicitadas, acreditando que será uma resposta satisfatória, se não for responderemos aqui na Assembleia Municipal ao Grupo Municipal dos Verdes.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, acrescentou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. Vamos prosseguir. -----

----- O PS ainda tem três questões por colocar, três temas, vamos ver qual a Senhora Deputada vai colocar”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, no uso da palavra, pôs a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Caro Presidente. -----

----- Foi anunciado na última informação Escrita do Presidente que a Câmara Municipal de Lisboa havia chegado a acordo com o Governo para que a Polícia Municipal passe a desempenhar na totalidade as funções de regulação de trânsito na cidade de Lisboa.-----

----- Este pode ser o passo que faltava para a Câmara Municipal de Lisboa pôr em prática uma nova política de mobilidade na cidade complementando o que até aqui tem sido feito. Qual o alcance deste acordo e quando entra em vigor? Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, acrescentou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto ao Senhor Presidente, que responde? Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra respondeu à questão: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhora Deputada, respondo com gosto, esta é de facto das matérias mais importantes da gestão da cidade, corresponde a uma reivindicação antiga da Câmara perante a Administração Central e que estamos em condições de satisfazer, ou pelo menos de ver satisfeita a nossa pretensão. -----

----- Esta pretensão consubstanciase em três elementos de natureza diferente, em primeiro lugar o Decreto-lei que regulará o Estatuto das Polícias Municipais, este Decreto-lei está previsto já há muito e será, estamos em fase final de consultas com o Ministério da Administração Interna para afinar os últimos detalhes para que o Decreto possa seguir o seu percurso legislativo normal, integra uma segunda parte, que eu diria que é a parte mais importante que é a parte da seleção dos operacionais que incorporarão o Quadro da Polícia Municipal, essa incorporação de quadros tem duas vertentes, uma com origem na própria Divisão de trânsito da Polícia de Segurança Pública que se manterá com outras funções, ou melhor, com umas funções próprias específicas e no âmbito também externo ao Município de Lisboa, e um segundo, mas como digo um Contingente recrutado na base da atual Divisão de trânsito e um segundo Contingente recrutado no corpo global da Polícia de Segurança Pública em Lisboa e nos dirigentes também fora do Município de Lisboa. -----

----- Ambos os procedimentos estão já abertos, já foram abertos pelo Diretor Municipal da Polícia de Segurança Pública e estão a correr e o que nós temos a expectativa é de que no final do mês de outubro possa estar concluído o processo de afetação à polícia Municipal da totalidade dos efetivos, sobre o qual houve acordo para o exercício das funções. -----

----- Há um terceiro aspeto que é um aspeto de grande importância, que é um acordo que vai ser estabelecido entre a Câmara de Lisboa e a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública relativamente a um acordo de natureza operacional, isto é, um acordo que definirá um protocolo de atuação porque muitas vezes tendemos a desvalorizar estes instrumentos, mas estes instrumentos são, no fundo, da maior importância para que tudo funcione bem. O protocolo operacional o que vai dizer, precisamente, é quais são as responsabilidades de cada um a fazer o quê, porque na verdade, é que segundo a lei, a lei, neste momento, permite um exercício não complementar relativamente ao exercício do trânsito, aliás, como relativamente a outras competências, mas com esse protocolo o que vamos evitar é redundâncias, vamos evitar, ou reduzir muito, áreas de não cobertura de intervenção da polícia, e vai-nos facilitar a gestão dos efetivos para a resolução das matérias pendentes. -----

----- Exemplo do que constará nesse protocolo de natureza operacional: -----

----- A regulação corrente do trânsito, dos fluxos de trânsito, do tráfego por assim dizer, é uma competência que será exercida pela Polícia Municipal. -----

----- A competência relativamente à gestão de acidentes de trânsito que tem uma natureza diferente consoante haja, ou não, feridos, segundo o próprio tratamento de aferição de natureza penal, ou de indício de natureza criminal, o acordo que houve com a Polícia de Segurança Pública da parte de acidentes, manter-se toda na Polícia de Segurança Pública até por uma razão de simplicidade de comunicação com os municípios, isto é, em caso de acidente sabe-se que é através do 112, e o 112 acionará à Polícia, e a Polícia será chamada através do protocolo da Polícia de Segurança Pública. -----

----- Estas três peças, a convicção que temos é que possamos, em outubro, ter estas três peças finalizadas e concluídas sem prejuízo de poder haver uma integração

anterior de recursos de Polícia de Segurança Pública nomeadamente, aqueles com origem na Divisão de Trânsito, poder ocorrer antes, mas no calendário que temos previsto, durante o mês do outubro, este processo estará concluído.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas Deputados e Deputadas.-----

----- Nesta sessão de perguntas à Câmara Municipal de Lisboa, o BE regressa com um tema que já, aqui, abordámos, noutras circunstâncias, e que diz respeito à disponibilização e criação, na Cidade de Lisboa, de uma sala de consumo assistido.----

----- Este foi um tema que ainda abordámos recentemente, em fevereiro, deste ano, aquando de uma apresentação de uma recomendação, nesta Assembleia Municipal, precisamente para a criação de uma sala de consumo assistido, recomendação essa que foi aprovada por maioria nesta Assembleia.-----

----- Tem sido referido, recorrentemente, a disponibilidade da Câmara Municipal de Lisboa para criar uma sala de consumo assistido na Cidade de Lisboa, chegou-se a falar na possibilidade desta sala ser colocada na zona da mouraria, mais recentemente, a localização foi alterada, tendo passado a referir-se que ela seria colocada na Alta de Lisboa, particularmente no Lumiar, essa informação, aliás, foi-nos disponibilizada aquando desta recomendação que apresentámos em fevereiro, mas a verdade é que os meses passaram e estamos em meados de julho e continua a não haver nenhuma perspetiva. Tanto, quanto sabemos, e quando é que esta sala vai ser instalada, em Lisboa.-----

----- É também, verdade que a possibilidade de criação de salas de consumo assistido é uma possibilidade que já está consagrada na lei desde o início dos anos dois mil, com a aprovação da chamada Lei das Drogas, e é um assunto que tem vindo a ser, recorrentemente, adiado, a parece-nos que é a altura de chegarmos a bom termo, relativamente a esta situação, e que a Câmara de Lisboa possa, também, ser perscrutora, finalmente, passados tantos anos, na instalação de uma sala de consumo assistido, em Lisboa.-----

----- Portanto, a nossa questão é bastante simples e bastante lacónica, e é precisamente esta; quando é que vai ser criada uma sala de consumo assistido, em Lisboa? E onde é que essa sala vai ser colocada?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Senhora Deputada, de forma breve, a Câmara ainda não tomou decisão sobre esta matéria, nem do local, nem da data, relativamente à criação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Queria avaliar, em termos de resposta, o Senhor Presidente da Câmara quanto à habitação, os problemas que se levantam, hoje em dia, em termos de investimentos, para dizer que em Campo de Ourique o Ex Cinema Europa e, agora, um edifício chamado S. José, na Correia Teles, foram vendidos na ordem dos quatrocentos mil, quinhentos mil, e mais euros, por apartamento, sobretudo brasileiros e franceses, portanto, pesa muito, de facto, esta questão da especulação, e da questão da habitação na Cidade de Lisboa.-----

----- Ontem, Lisboa foi lisboeta para festejar a vitória dos portugueses no Europeu de Futebol. Mas, Lisboa é cada vez menos dos lisboetas. Os, ainda, habitantes dos bairros históricos e de outros bairros, são pressionados pelos senhorios para perderem as casas arrendadas.-----

----- A Lei das rendas, do CDS-PP e do PSD, será a lei dos despejos do próximo ano com o fim do prazo de cinco anos, se não for alterada.-----

----- Perguntámos o que faz a Câmara? Que medidas vai tomar e negociar com o Governo para a alteração da legislação que impeça este desastre no aumento brutal de rendas para pessoas que já não aguentam as rendas que, hoje, têm.-----

----- Quanto ao Programa da Renda Acessível, o programa é para ser levado a cabo com a comparticipação de privados durante os trinta anos de contrato, recebem as rendas acordadas pela Câmara.-----

----- Os privados constroem o edificado, quis locais em Lisboa muito variados, convém saber porquê estas prioridades, ficando no fim dos trinta anos com 30% da propriedade, portanto, os privados. Importa saber o que foi pensado para existam moradores que ao fim dos trinta anos fiquem inquilinos da Câmara, sujeitos a um sistema mais protegido. E o que vai fazer a Câmara para que outros não acabem inquilinos destes privados, e sujeitos à Lei Geral do Arrendamento Urbano.-----

----- Além, disso, importa saber quais os critérios e medidas para permitir que se promova progresso de munícipes que acabaram indo para a periferia; a possibilidade das famílias, a ascendentes diretos, e o rejuvenescimento etário? É bom salientar que estas medidas são para agregados que não se enquadram na habitação municipal, mas também, não conseguem suportar uma renda, o que dando resposta a necessidades de algumas faixas de rendimentos, não resolve o problema da crescente procura de habitação municipal, donde importa saber o que está previsto neste âmbito, não só da requalificação, mas nova edificação em territórios municipais.-----

----- Senhor Presidente, a Câmara não pode ficar nesta situação de habitação por promessas, mais ou menos, pequenas ou grandes, propaganda. Tem de agir para que Lisboa não fique um deserto habitado por quem passa por Lisboa como que por uma vinha vindimada e, depois, vai embora.-----

----- E permita a minha camarada de bancada, Ana Páscoa, que diga aqui o que é a minha experiência diária com a “linha verde”. É o desastre, são as composições a

passarem completamente cheias, não conseguimos entrar nas estações, e numa situação que se pode resolver com grande facilidade. -----

----- Só isto, e obviamente, que voltaremos a colocar esta questão da “linha verde”. ----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- O tema que o Senhor Deputado trouxe é, talvez, dos temas mais estratégicos e importantes que temos, para debate, na cidade, e4 é verdade que, hoje, estamos a debatê-lo num elemento de permanência e num elemento de mudança. O elemento de permanência é o facto de, ainda, não termos conseguido inverter a dinâmica das últimas décadas relativamente à questão populacional. Este é o elemento de permanência dos debates, ao longo das últimas décadas, sobre este tema. -----

----- Creio que os dados de que dispomos apontam para uma estabilização. Não apontam para nenhuma inversão. Apontam para que tenha terminado o fenómeno da natureza urbana que levou à grande perda de população na cidade, nas últimas décadas, e os indicadores disponíveis apontam para que os elementos de perda estão ao nível da média do país, e por isso poderão ter como explicação aquilo que aconteceu no geral no país, e para o processo demográfico do país, e também, creio eu, elementos de sub-registo de um conjunto de população, até de segunda geração, ou de geração de natureza emigrante que chegou à nossa cidade, ou até de segunda geração, ainda não, totalmente, legalizado, nomeadamente, para fins eleitorais. -----

----- Mas isto, o ponto fundamental para dizer que o elemento de continuidade é o elemento de não termos invertido do ponto de vista e passarmos para uma situação de claro crescimento demográfico da cidade. -----

----- O elemento de mudança é que, de facto, hoje, as questões e as condições que são colocadas à cidade, têm do ponto de vista dos instrumentos e do funcionamento, são de facto diferentes daquelas que a cidade vivia, precisamente, há cinco, ou há dez anos atrás. -----

----- E acho que percebemos este contexto que está a acontecer, para agirmos bem do ponto de vista dos instrumentos, são a pré-condição para podermos ter boas soluções. --

----- Eu tenho uma divergência com o Senhor Deputado com a análise que faz, com a conclusão que tira, que quer dizer que Lisboa está menos para os lisboetas do que estava, porque eu não consigo tirar essa conclusão. Primeiro, nenhum dado aponta sobre isso do ponto de vista do declínio populacional, mas mais importante é que se é verdade que o turismo tem aumentado de forma significativa, se é verdade que o alojamento local tem aumentado, e mesmo não dispendo do número final, é uma verdade que a conhecemos do ponto de vista empírico, é também verdade que tem havido um significativo aumento do número de habitações disponíveis na cidade, habitações que não estavam disponíveis na cidade. -----

----- Quando nós falamos na reabilitação da Baixa Pombalina, por exemplo, quando nós falamos na reabilitação de bairros históricos, por exemplo, quando nós falamos de um processo de requalificação nas Avenidas Novas, quando nós falamos de um processo de requalificação que, hoje, está atingir Freguesias como Arroios, Penha de

França, que se começa a estender a Freguesias como o Beato e até algumas zonas de Marvila, o que nós estamos a ter é uma entrada de fogos no mercado que não existiam, isto é, um aumento no mercado de fogos disponíveis.-----

----- O alojamento local, e voltando, adiantando aqui, um pouco o tema, não pode ser visto, unicamente, na dimensão da utilização dos fogos, deve também ser visto na dimensão de acréscimo de fogos que está a trazer ao Parque Habitacional da cidade, e isso para mim é uma evidência, porque se tratavam de fogos que não estavam ocupados, não estavam a ser usados, é esse, aliás, o grande impacto da reabilitação urbana, é que grande parte do processo de reabilitação urbana fez-se sobre edificado e está a fazer-se sobre edificado que estava pura e simplesmente, devoluto. Os Senhores Deputados conhecem até com outra profundidade que a minha, mas no fundo, o grande debate que a cidade teve há sete, oito, nove, dez anos, era o debate dos prédios devolutos na cidade, esse era o grande debate quando este executivo assume funções, lembro-me bem o grande passo histórico que foi dado foi fazer-se um recenseamento, pela primeira vez, relativamente ao número do edificado. Hoje, o debate que estamos a fazer na cidade tem outra natureza, porque também há o reconhecimento que uma parte importante da reabilitação está precisamente, a ocorrer sobre uma parte desses prédios, de edificado, que estava devoluto e que, agora, está ao dispor da cidade. -----

----- E por isso, acho que nenhum balanço pode ser feito de forma simples, de forma rápida, e volto a sublinhar: não temos nenhum indicador que corrobore a tese de uma cidade que esteja menos preparada, ou menos amiga dos residentes. -----

----- Não significa, com isto, dizer que não há aqui um elemento de mudança. Há um elemento de mudança, e eu acho que o momento que estamos a viver do ponto de vista do mercado imobiliário está a provocar mudanças relativamente à utilização da propriedade. E algumas delas, aliás, acentuando as tendências que dificultaram o processo de crescimento populacional, isso é verdade. Mas também, seria redutor. E isto é visível em alguma Freguesias, claramente, marcadas e, claramente, identificadas. -----

----- Mas este processo não é transversal à cidade. Não é igual na cidade toda, muito pelo contrário, está muito longe de ser. E o que é que está a acontecer? Está a acontecer uma outra dinâmica associada a esta dinâmica de aumento de preços nalguns territórios na cidade que é, precisamente, as dinâmicas de repovoamento, reabilitação de zonas da cidade que, até há poucos anos atrás, nós não tínhamos possibilidade, ou não tínhamos estratégia, não tínhamos instrumentos para aí chegar. --

----- Se o Senhor Deputado, hoje, fizer uma visita, por exemplo, à Penha de França, a Arroios, se fizer uma visita, por exemplo, ao Beato, verá hoje, uma dinâmica que há cinco anos atrás não encontraria, quer dizer, há dez anos atrás andávamos a lutar para ter essa dinâmica na Baixa, hoje já começamos a ver essa dinâmica de recuperação em outras zonas da cidade, onde essa dinâmica nem pensaríamos que lá chegassemos, e o que nós temos que saber fazer é como enquadrámos, como é que a acelerámos e até, como a estendemos a outras zonas da cidade, como por exemplo, relativamente à zona oriental, queremos que o nosso projeto da manutenção militar vai ter um papel

estratégico em consolidar os sinais que nós já estamos a ver no território, a acontecer, e também, acelerar esse potencial de renovação.-----

----- Isto vai tudo no sentido de corroborar ao que o Senhor Deputado disse, e que é nossa convicção, é que nós necessitamos ter um instrumento estratégico do ponto de vista da política de habitação para a política de habitação para as classes médias, um instrumento estratégico que permita disponibilizar habitações a custos comportáveis com os níveis de rendimentos das classes médias. É bom não esquecer o que é uma classe média em Portugal. É porque, em Portugal, nos inquéritos, e parece-me a mim, na opinião pública toda a gente é classe média. O ganho médio no nosso país, neste momento, não ultrapassa os mil euros. E o ganho médio inclui o salário e todas as compensações adicionais. Isto é o ganho médio. E por isso, quando falamos em classes médias estamos a falar de segmentos entre o salário mínimo e um pouco acima deste valor, e partir daí já estamos a estratificar para cima. Muitas vezes, oiço pessoas a auto-classificarem-se como classe média, bom, não têm bem a noção em que patamar em que estão, mas já estão bastante mais acima do que julgaríamos.-----

----- E, por isso, é que o programa tem esta importância, e por isso lhe atribuímos tanta credibilidade. Queremos lançar as operações piloto, queremos, acima de tudo, que elas corram bem, temos que ter atenção ao estado do mercado, neste momento, porque a verdade é que o mercado tem estado muito ativo em matéria de reabilitação, o que é bom, todos nós concordamos com isso, não tem estado tão ativo relativamente à parte da construção nova, o que, vamos ver a complexidade dos mares em que estamos a navegar porque há quatro anos atrás, de certeza, que o Presidente António Costa diria que a nossa prioridade total é a reabilitação e nós não vamos construir e não há prioridade à construção nova. Hoje o que nós precisamos, já temos uma fortíssima dinâmica da reabilitação, precisamos de continuar com ela, ela também está a ajudar a subir os preços, e é indiscutível que o está, nós também, precisamos para a renda acessível que haja mercado, também, para alguma construção nova para que possamos dar resposta económica a esta questão.-----

----- Isto leva-me a responder de forma positiva àquilo que o Senhor Deputado colocou. Eu acho que nós no lançamento da operação, das operações, eu acho que devemos ter humildade, temos que ter prudência, e temos que lançar as operações em condições de justiça, de equilíbrio, com a perceção que são contratos muito longos, são contratos de trinta anos que nós vamos estabelecer com investidores, e por isso a proposta que o Senhor Deputado acaba por nos levar que é, no fundo, a compensação paga ao investidor que pode não ser um terço, pode ser menos, dependendo da operação em causa, que está colocada, acho até com vantagem que ela seja, desde o início, colocada em situação normal, e não em situação de renda, e não só no final, disponibilizada, porque acho que isso ajudará a montar a operação e a que ela se concretize em boas condições. Mas do lado do executivo, toda a disponibilidade para afinar, quer nos levantamentos das primeiras, quer também ir afinando no lançamento dos próximos, porque todos nós temos a consciência de que isto é um processo novo, inovador, e que temos que ter a humildade para o ir adaptando em função das circunstâncias para que ele seja bem-sucedido. Porque se ele for bem-sucedido, não

tenho dúvida, a partir daqui nós teremos a capacidade para o ampliar. O nosso objetivo é sete mil, mas posso-lhe dizer que se formos bem-sucedidos o nosso objetivo será bem maior, e então sim, dispondo Lisboa de um verdadeiro e poderoso instrumento de acesso à habitação para as classes médias. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Mas antes da questão do aquaparque, há bocado apresentei só uma questão, só um tema e só uma pergunta para ver se me conseguiam responder. Mas o Senhor Vereador Carlos Castro a sua resposta foi, praticamente, nada porque não respondeu a diversas questões que foram colocadas, entre elas, a situação da contagem decrescente que aflorou que irão pensar no assunto, ou que irão, brevemente, tratar do assunto, mas também tinha falado na rede de semáforos para controlo da velocidade, não permitindo que a sua cadência permita velocidades mais altas, ou mesmo o plano de sinistralidade que também, poderia ter respondido sobre isso, e não respondeu. -----

----- Fiz uma pergunta só para dar espaço a uma resposta mais completa, e a resposta foi de dez segundos, provavelmente, nem tanto. -----

----- E, já agora, se pudesse dar mais alguma informação nós agradecíamos, como é evidente. -----

----- Em relação à segunda questão que, ainda, temos em aberto aqui, para colocar, e que é a questão do aquaparque. -----

----- A trinta de setembro de dois mil e catorze, foi aprovado por maioria a recomendação do Partido da Terra pela devolução à cidade dos terrenos do aquaparque. Para não falar, também, de promessas eleitorais do PS, que afirmou, nesta casa, que estava praticamente tudo pronto, já que em maio, deste ano, o Senhor Vereador José Sá Fernandes, em visita a Monsanto, remeteu para junho, julho, a apresentação de um projeto para o espaço de Monsanto, e para o Restaurante Panorâmico. -----

----- A nossa pergunta, e passados já dois anos da nossa recomendação, a nossa pergunta é; já que só faltam quinze dias para cumprir a promessa do junho, julho, e suponho que seja este ano, em que dia de julho serão apresentados os projetos do Aquaparque, o projeto para o Aquaparque e o projeto relativo ao restaurante panorâmico? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Relativamente ao aquaparque não será apresentado em julho, será apresentado até ao final do ano, e posso dizer-lhe que o conceito que temos estado a trabalhar é da devolução da zona do aquaparque à cidade, precisamente, como parque urbano e como parque de lazer e de fruição de todos, pondo, aliás, uma pedra final naquilo que é uma das feridas que a cidade comporta. -----

----- Temos vindo a trabalhar sobre o conceito. Temos estudado várias soluções diferentes relativamente ao conceito de utilização do espaço. Encontra-se, agora, já

estabilizado relativamente ao seu futuro e, por isso, estaremos em condições para, a seguir ao verão, fazermos a apresentação do projeto que incluirá, também, uma redenominação da zona para um parque de acordo com aquilo que será o futuro daquela zona. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, abordou novamente a seguinte questão: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- É para insistir, de facto, numa parte da minha pergunta. Eu fiz uma pergunta sobre o andamento de dois equipamentos escolares que estão previstos para a nossa freguesia, e foi-me respondido relativamente a um deles, que é a segunda fase da Escola Parque das Nações, cuja resposta ouvimos, enfim, e vamos ficar, uma vez mais, na expectativa de que as coisas, finalmente, possam correr bem, embora não saia daqui muito encorajado com isso, embora compreenda de facto, os problemas que estão na origem desta situação, continua a ser lamentavelmente, a questão da extinção da Parque Expo, que nós dizemos e esperamos que possa ocorrer em trinta e um de dezembro deste ano, mas também, não é um dado adquirido que assim, suceda. A ver vamos. -----

----- Agora, queria reiterar, de facto, resposta à segunda questão, para quando está previsto o início da construção da Escola Básica da Zona Norte, no PP3? Ou se também ela está dependente de alguma afetação do terreno que esteja, ainda, na esfera patrimonial da Parque Expo?-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhor Presidente, a questão, uma parte da resposta é a mesma porque o que há de comum na situação das duas escolas é que a realização de ambas as escolas depende das regularizações patrimoniais com a Parque Expo. As duas. A diferença é que relativamente à escola básica, o que nós estamos em condições de dizer é que temos o nosso trabalho preparado para que assim que a questão patrimonial esteja resolvida, podemos lançar a obra para a sua construção porque ela depende de nós. Não podemos fazê-lo é sem a regularização da questão patrimonial que tem de ser feita com o Ministério das Finanças, nos mesmos termos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, perguntou: -----

----- “E quanto à outra? Não temos mais informações?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, interrogou: -----

----- “Qual outra Senhora Presidente?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, respondeu: -----

----- “O Senhor Presidente falou na construção da Escola Básica da Zona Norte, mas não disse do arranque da segunda fase da Escola Parque das Nações.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Mas Senhora Presidente, a questão é a mesma, vamos lá ver, quer a Escola do Parque das Nações, quer a Nova Escola Básica, dependem as duas, de regularizações

patrimoniais com a Parque Expo, os terrenos estão na mão da Parque Expo. E o que está a ser tratado, por isso a situação é simples de dispor; durante anos a Parque Expo não entregou à Câmara Municipal, como devia ter entregue, peço desculpa, não entregou nem à Câmara Municipal, nem ao Ministério da Educação, assim é que é em rigor, os terrenos necessários à realização das infraestruturas, dos equipamentos, seja a escola da responsabilidade da Câmara, seja a escola da responsabilidade do Ministério da Educação, e durante anos, esta questão não foi resolvida e não foi resolvida porque:

----- Primeiro, a Parque Expo não o quis resolver;-----

----- Em segundo lugar, porque isto implicava alterações ao balanço da sociedade, e depois, a partir do momento em que a sociedade teve ordens de extinção, basicamente, tudo ficou parado à espera que fosse extinta. Este é o ponto em que estávamos, deixados pelo Governo anterior. -----

----- O que estamos, neste momento a tratar, aliás, durante anos os Senhores Deputados ouviram sempre a mesma resposta, “estamos a tratar de obter os terrenos”, neste momento, a resposta é, de facto, estamos a tratar de obter os terrenos mas, estamos a procurar um caminho diferente. E qual é o caminho diferente? É tentar antecipar o processo de extinção da Parque Expo, a extração destes terrenos do património da Parque Expo, seja ou por perdas da sociedade, que são contabilísticas, não têm nenhum efeito, seja por permuta do Estado com a sociedade, o que no fundo é um movimento contabilístico, é o Estado dar um terreno para entrar no ativo da Parque Expo, que é para quando, tirando o ativo que nos interessa, faz o ativo que interessa, um entrega à Câmara, o outro entrega ao Ministério da Educação, e no fim, extinguindo a Parque Expo, todos os ativos regressam ao Estado e à Direção Geral do tesouro. É disto que estamos a tratar, um trabalho de grande complexidade e de grande exigência intelectual. Trata-se de resolver problemas de intendência e de burocracia, mas que no nosso Estado sabemos o tempo que demora. É preciso persistência, criatividade, é preciso, como a nossa Seleção nos ensinou, é preciso muita determinação, não desistir e tentar ter soluções novas para ultrapassar as defesas que foram montadas à frente deste processo. -----

----- A resposta onde é que ela se diferencia? É que uma vez o terreno entregue ao Ministério de Educação, é o Ministério da Educação que terá que construir a ampliação da escola. E o segundo terreno será entregue à Câmara, onde a construção será nossa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Julgo poder acrescentar, e penso que o Senhor Deputado José Moreno tem essa informação, como os restantes Senhores Deputados, que do lado do Ministério da Educação esta Assembleia foi informada que iriam avançar com a disponibilização de verba, no próximo Orçamento de Estado, para a construção mas, sem o terreno, há disponibilidade para construir mas não está resolvida a questão básica, e é isso que tem de ser resolvido.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, apresentou a seguinte questão: -----

----- “Eu tinha duas questões, uma das quais prescindo. Era sobre o Museu Judaico. Tivemos, hoje de manhã, a 1ª e a 7ª Comissão a que presido, uma reunião com a Senhora Vereadora em que ficou clarificada a questão que se punha, da futura gestão do Museu Judaico. Portanto, a Senhora Vereadora assumiu o compromisso de encontrara uma solução que englobasse todos os intervenientes.-----

----- Portanto, essa questão já não a vou pôr. -----

----- Vou colocar uma questão muito simples, na Avenida Infante Santo, que agora esta sujeita a grandes obras para fazer o parque de estacionamento, existe um conjunto arquitetónico, dos cinco prédios da Rua Abílio Lopes do Rego, mais uns painéis de azulejos fantásticos, de um conjunto de pintores portugueses contemporâneos, como Júlio Pomar, Alice Jorge, Maria Keil, Carlos Botelho, Eduardo Nery e Sá Nogueira. Esses painéis foram colocados em 58 a maior parte deles, 58, 59 e depois em 94 foi colocado o último, que é da autoria de Eduardo Néri.-----

----- Estavam em muito mau estado de conservação.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, em muito boa hora, a Vereação da Cultura, e eu felicito-os por isso, restaurou os painéis, está em curso e julgo que terminado o trabalho de restauro dos painéis, que estavam muito degradados. É um conjunto arquitetónico belíssimo e, em frente a esses painéis, existem escadas que dão acesso da Infante Santo para a Rua de cima que é a Rua Abílio Lopes do Rego.-----

----- Ora bem, quem faz o mais, faz o menos, pergunto eu, quando é que são restauradas as escadas que dão acesso da Infante Santo para a Abílio Lopes do Rego, que aquilo é uma questão de pintura e de argamassa, estão a cair bocados de argamassa, portanto, quando aqueles painéis restaurados belíssimos têm em frente uma escadas muito mal-amanhadas dá pena e eu vinha perguntar para quando, também não sei se isso pertence à Junta de Freguesia se pertence à Câmara e é a questão que eu ponho, mas era bom que a quem pertence se ocupasse dos restauro das escadas para ficar o conjunto de facto um brinquinho como já quase está. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhora Deputada, muito obrigada pela questão que colocou, a Unidade de Coordenação Territorial já vistoriou a escada e vai dar início de imediato à sua reabilitação. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Está respondido? Vamos prosseguir. O PCP ainda tem dois temas por apresentar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte questão: -----

----- “Boa-tarde a todos, a questão que queremos colocar e que está relacionado com a execução do Plano de retirada de amianto dos edifícios Municipais e aqui incluímos também aqueles que foram transferidos para as Juntas de Freguesia, temos conhecimento de equipamentos, nomeadamente postos de limpeza e mercados municipais em que essa situação se verifica, portanto, queríamos também saber o ponto de situação não só do ponto de vista daquilo que são equipamentos municipais, mas também do ponto de vista daquilo que são equipamentos das Juntas de Freguesia, porque a Câmara não pode ter chutado este problema para as Freguesias e agora não auxiliar naquilo que é a resolução. -----

----- Também aproveitamos para colocar uma questão relativamente à compensação por folgas não gozadas enquanto os trabalhadores estavam ao serviço da Câmara e que agora transitaram para as Freguesias e não se encontrou ainda, ou pelo menos não se encontrou com todas as Freguesias uma solução para esta questão e relembro que alguns dos trabalhadores têm cerca de 50 a 60 dias de folga por gozar e que ainda não existe uma solução concreta. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente quem é que responde.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado e depois o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, em 2014, outubro de 2014 foi feito o levantamento exaustivo de todos os edifícios que têm coberturas em amianto, esse documento que eu tenho aqui à minha frente não sei se chegou a ser distribuído, mas temos toda a disponibilidade para o distribuir. -----

----- Neste documento foram elencadas todas as situações e foi feita uma estimativa, foi medida a área e feita uma estimativa de custo da intervenção e foi também definido o grau de urgência, haviam situações muito urgentes, situações em que o amianto ou as placas de fibrocimento se encontravam degradadas e portanto o risco era maior, situações que tinham que ser atendidas a médio prazo e situações que estavam mais estabilizadas e, portanto, que não se colocavam de imediato. -----

----- Desse levantamento foram identificadas 42 localizações, das quais treze instalações de Serviços Municipais que são fundamentalmente armazéns e oficinas e destes estão concluídas já 5 intervenções, estão em concurso para intervenção outras

cinco e estão em projeto ou preparação de procedimento para adjudicação os restantes. -----

----- Depois em relação aos cinco equipamentos do Regimento de Sapadores Bombeiros e da Polícia Municipal foram terminados dois, estão em concurso cinco e em preparação de empreitada os restantes. -----

----- Das 14 escolas estão duas concluídas estão duas em obra, estão seis em fase de concurso, portanto, prevê-se para início de obra setembro/outubro de 2016, estão dois procedimentos em preparação e dois em projeto. -----

----- Quanto aos equipamentos desportivos está um concluído, estão dois em fase de programação e um em fase de adjudicação. -----

----- Nos cemitérios estão cinco em projeto, está um em concurso e portanto são seis situações nos cemitérios que estavam em causa. -----

----- Os critérios de prioridades foram por um lado o estado de conservação dos materiais, portanto, se afetavam crianças, doentes ou idosos e, portanto isso também num critério de prioridade e o nível de contacto das pessoas com o amianto. -----

----- Eu não tenho resposta à pergunta que o Senhor Vereador faz, que o Senhor Deputado faz relativamente à intervenção nos edifícios que foram transferidos para as Juntas, mas parece-me óbvio que serão também intervencionados pela Câmara, até porque este levantamento é anterior à própria transferência e não fazia sentido isso ser encargo das Juntas de Freguesia. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre a questão que me foi colocada todos sabemos que é nesse processo de transição não era possível ou não é possível à data o Município de Lisboa fazer qualquer transferência financeira para Juntas de Freguesia sobre este assunto das folgas. Estamos a estudar, como já referimos há uns tempos, é certo que estamos a demorar tempo a mais sobre este assunto, mas até final de setembro teremos um conjunto de propostas para fazer às Juntas que têm situações deste género e, portanto, nessa altura fecharemos todo este processo. -----

----- Não temos de facto conseguido ter mãos a medir para este conjunto de assuntos que temos em mãos e pedimos desculpas por isso, mas de facto há algumas situações que precisam de ser resolvidas o mais rapidamente e esta terá o seu encerramento, se correr tudo como esperamos no final de setembro. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, as perguntas já foram todas apresentadas, há três Senhores Deputados que se inscreveram porque consideram que as respostas não são suficientes e a Mesa vai-lhes dar a palavra para o efeito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Refere-se a uma questão que nós não obtivemos resposta na primeira ronda a propósito da criação do dia municipal do azulejo, e eu repito apenas as perguntas, vou

apenas repetir as perguntas: vão ou não ser inventariados e classificados como de interesse municipal os painéis considerados relevantes e representativos da arte azulejar, tal como aprovado nesta Assembleia Municipal por unanimidade, como forma de dificultar a sua posterior comercialização ilegal? -----

----- Estão ou não a ser ponderadas as vantagens da inclusão desse levantamento em candidatura da Capital a património histórico ou cultural por exemplo da UNESCO, como também aprovado nesta Assembleia? -----

----- Em suma, para quando a criação do Dia Municipal do Azulejo? -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Senhor Deputado, também queria informá-lo que o Senhor Vereador José Sá Fernandes chegou mais tarde e gostaria de dar informação sobre uma pergunta que colocaram que era relativamente à qualidade do ar e, portanto, se quiserem podem ter já resposta, não sei se querem usar novamente a palavra para esse efeito, teria que ser noutra ronda ou então o Senhor Deputado que acabou de falar coloca já as duas questões. Se é outra Senhora Deputada tem que ser outra ronda, posso inscrever a Senhora Deputada Cláudia Madeira a seguir e depois fará essa pergunta. Muito bem. --

----- Então para já é a resposta ao que o Senhor Deputado Sobre Antunes colocou relativamente ao Dia Municipal do Azulejo e eu presumo que seja a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra prestou o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Efetivamente a Câmara ainda não decidiu sobre a matéria do Dia Nacional do Azulejo, do Dia Municipal do Azulejo porque está já em apreciação na Assembleia da República também uma proposta para criação do Dia Nacional do Azulejo, a 6 de maio, é uma proposta que está em apreciação na Assembleia da República e, portanto, entendemos que não faz sentido estarmos agora também a criar um dia também municipal para o azulejo, até porque o azulejo, enfim, embora seja um forte traço identitário de Lisboa tem uma abrangência mais ampla e se calhar esse dia nacional é bem mais relevante do que o dia municipal. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- Vamos continuar então com os Senhores Deputados que estão inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Era só para se possível ter mais alguma informação sobre os semáforos em Lisboa, os *countdown*, e o resto dos semáforos em relação às perguntas que fizemos, se possível e se houver mais alguma informação que tenha talvez sido algum esquecimento do Senhor Presidente, que agora não está aqui, de passar a palavra ao Senhor Vereador Carlos Castro, mas pronto, gostaria de saber se é possível obter mais alguma informação ou clarificar melhor as suas palavras. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro**, no uso da palavra prestou o seguinte esclarecimento:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Senhor Deputado pela sua insistência que é pertinente e é válida, mas como calculará esta matéria requer uma abordagem mais profunda. -----

----- De facto Vossa Excelência vem aqui perguntar e bem a questão dos semáforos *countdown*, mas é preciso ter uma perspetiva, Senhor Deputado Magalhães Pereira não me leve a mal, mas é o termo técnico utilizado pelo Senhor Deputado e não só, mas esta questão merece uma abordagem mais profunda porque não se pode ver a questão do sistema semaforico apenas em casos pontuais. -----

----- Nós estamos a trabalhar na DMT num trabalho profundo de candidatura internacional para a questão da semaforização, é evidente que queremos dar aqui um salto qualitativo do ponto de vista da qualidade dos semáforos que temos na cidade de Lisboa, eles hoje já dão resposta àquilo que são as necessidades, só que a semaforização também pode ser um aliado da dinamização não só em termos de mobilidade mas também da própria economia da cidade. -----

----- Estamos a preparar esse trabalho, eu penso que quando o tivermos preparado naturalmente terei muito gosto de o apresentar ao Senhor Deputado para estar a par daquilo que estamos a desenvolver na cidade de Lisboa, sendo certo que aquilo que estamos a fazer é um salto qualitativo sem precedentes na cidade no sentido de melhorar a mobilidade da cidade e ter uma visão integrada, não vale a pena ter a perspetiva ou a visão apenas exclusiva de setores sem ter interligação uns com os outros, o que é necessário é haver uma ligação e uma interligação entre vários setores, muitos dos quais até à primeira parecem que não estão associados mas estão. Quando tivermos esse trabalho feito Senhor Deputado Municipal terei todo o gosto de lho apresentar para Vossa Excelência saber com mais cuidado aquilo que estamos a desenvolver e para implementar também na cidade de Lisboa. -----

----- Penso que procurei responder agora não em dez segundos mas mais de dez segundos àquilo que Vossa Excelência provavelmente pretende saber. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados. Vamos prosseguir, há ainda mais dois Senhores Deputados que querem insistir no tema.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada que neste momento não esteja aqui o Senhor Presidente da Câmara, não é nenhuma crítica obviamente, é natural que tenhamos que nos ausentar, mas de facto a minha questão era um bocadinho dirigida a ele porque ele felizmente para ele, Senhor Presidente da Câmara, não é utilizador da linha de Metro Verde e tem um total desconhecimento em relação a estas questões. -----

----- Eu já agora gostaria de dizer ao Senhor Presidente, naturalmente depois os serviços ou os restantes Senhores Vereadores ou o Senhor Vice-presidente transmitirá, durante anos a Linha Verde circulou com quatro carruagens e desde 2012, portanto já

lá vão vários anos, só circula com três, não há razões nenhuma técnicas que justifiquem isto, as únicas razões como eu há bocado referi são meramente economicistas da parte obviamente do Metropolitano, portanto, o que eu perguntei e isso não me foi respondido foi se a Câmara prevê alguma diligência junto do Metropolitano no sentido da reposição imediata, porque é perfeitamente possível segundo informações que temos, de termos quatro carruagens nesta linha e nós pensamos que a Câmara pode ter aqui intervenção porque a Câmara está preocupada com a mobilidade, nós partido Comunista Português estamos preocupados com a mobilidade, em sede da Comissão da Mobilidade já temos acompanhado estas questões e estas preocupações em relação à mobilidade em Lisboa, se queremos que habitualmente se passe a utilizar mais o transporte público obviamente que temos aqui uma boa hipótese, portanto, o Senhor Presidente já veio, eu realmente a questão era consigo.-----

----- Eu comecei por dizer que felizmente o Senhor Presidente, felizmente para si, o Senhor Presidente não é utilizador da linha de Metro Verde, porque senão verificaria de facto os problemas graves que esta linha tem, portanto, eu fico neste momento a aguardar ou posteriormente, mas era bom realmente haver uma resposta da Câmara a esta questão. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, informou:-----

----- “Senhor Vereador Manuel Salgado se faz o favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Nós temos andado a pressionar o Metropolitano de Lisboa e eu devo dizer que quando o PCP colocou as suas questões eu pensei que diziam respeito a outras matérias que tinham a ver com o Metropolitano e, portanto, a Senhora Deputada fez a pergunta e eu tentei saber aqui durante a sessão junto do Presidente do Metropolitano de Lisboa qual era a resposta e pedi-lhe um “memo” que me vai enviar para eu depois poder distribuir de qualquer modo a resposta é de facto bastante simples.-----

----- Com a extensão da Linha Azul para a Reboleira tiveram que aumentar o material circulante e ao aumentarem o material circulante tiveram que retirar de outra linha e a linha que foi sacrificada foi a Linha Verde. Esta foi a resposta que nos foi dada, que é evidente que não nos conforta, como é óbvio, mas a justificação está aqui, não há material circulante neste momento e, portanto, ainda não foi feito o investimento necessário para adquirir mais material circulante o que obviamente não é a mesma coisa que comprar um veículo normal, quer dizer, é todo um sistema mais complexo e que tem de facto valores muito elevados e, portanto, é esta a resposta que eu pedi para me porem por escrito para poder distribuir pelos Senhores Deputados.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Senhor Deputado Sobreda Antunes, eu peço-lhe desculpa mas se quiser intervir terá que se inscrever. O Senhor Deputado Sobreda Antunes, que é sempre tão correto e disciplinado, eu peço-lhe desculpa.-----

----- Senhores Deputados vamos continuar, a Mesa no entanto lembra que na próxima reunião, na continuação da sessão ordinária com PAOD, portanto, os Grupos Municipais poderão aproveitar, se assim o quiserem, essa oportunidade para apresentarem algum documento que possa representar a posição da Assembleia Municipal sobre esta matéria, agora que tivemos os esclarecimentos possíveis poderemos nós próprios também tomar alguma, enfim, decisão eu ajude a resolver este problema. Estava só a dar esta informação porque acho que é útil para todos. -----

----- Vamos prosseguir com a última inscrição na parte das perguntas à Câmara.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra inquiriu o seguinte: -----

----- “Obrigada, de qualquer forma gostaria de a explicação que foi dada pelo Senhor Vice-Presidente. -----

----- Queria só também antes de repetir a pergunta de fazer só também uma, de deixar uma observação, é que pedem aos Grupos Municipais para enviarmos com uma semana de antecedência os temas das perguntas, há intenção de rever o Regimento, de alterar o Regimento para que seja enviado ainda com mais um dia de antecedência e por vezes acontece os Grupos Municipais enviarem com antecedência os temas e o Senhor Vereador responsável não está cá para nos responder. -----

----- De qualquer forma eu vou repetir a pergunta e deixo também a informação de que já foi uma pergunta colocada na apreciação da Informação Escrita e que não foi respondida, foi hoje colocada e também não foi respondida pelo Senhor Vereador. -----

----- A pergunta tem a ver com uma Recomendação que os Verdes apresentaram há um ano nesta Assembleia cujo tema era a melhoria da qualidade do ar e uma das medidas, uma das nossas propostas era entre várias medidas que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizasse informação sobre os níveis de poluição atmosférica através dos meios de divulgação municipal. -----

----- Uma vez que já passou um ano depois da aprovação por unanimidade desta Recomendação a nossa pergunta foi o que é que foi feito entretanto para a concretização desta medida, uma vez que já passou um ano e que esta informação já devia ter sido disponibilizada tal como foi aprovado. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “A Mesa dá a palavra para responder à Câmara e será o Senhor Vereador Sá Fernandes.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, peço desculpa pelo meu atraso Senhora Deputada. -----

----- Bom, eu estranho é que a Senhora Deputada não saiba que a poluição atmosférica que é competência da CCDR e não é da competência, a medição da poluição atmosférica não é uma competência do Município e eu já agora posso-lhe dizer o que é que tem feito durante este ano, tem-se tentado modificar ou fazer um novo protocolo com a CCDR exatamente para permitir não só que a quantidade de medições seja feita, portanto, que haja além das três estações que hoje existem em Lisboa, que as três estações que existem hoje em Lisboa hajam medições parcelares feitas com as

estações tipo, que sejam feitas de outra maneira e que hajam canais de divulgação sobre esta matéria sobre este assunto porque nos interessa de facto informar as pessoas e os munícipes para que nós tenhamos estas medições com mais rapidez e com melhor possibilidade de divulgação e o que nós estamos neste momento é a ultimar precisamente a redação desse novo protocolo que irá permitir ir ao encontro das expectativas da Senhora Deputada e do Município de Lisboa. -----

----- Como sabe isto começou a ser preparado com o anterior Governo, entrou um novo Governo e estamos n fundo a ultimar este novo protocolo com estes três objetivos, um que haja mais medições, não só com as três estações, digamos que não é preciso haver mais estações de medição mas pode haver outro tipo de medições para termos uma informação melhor, mais espalhada pela cidade; número dois que a divulgação seja para a própria Câmara, a informação das medições para a própria Câmara seja mais rápida e depois a divulgação aos próprios munícipes e, portanto, é isso que se passa, sendo que como sabe a competência para estas medições são da CCDR e como eu lhe disse eu acho que para muito breve temos um novo protocolo, nós ainda nos estamos a reger pelo protocolo antigo que visa atingir estes três objetivos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados creio que chegámos ao fim de parte da nossa reunião dedicada a perguntas à Câmara e portanto agora vamos prosseguir.-----

----- Nós temos mais dois pontos na Ordem de Trabalhos, eu pus em apreciação conjunta porque pensei que poderia ser uma apreciação conjunto, embora que são duas propostas, é a 257/2016 e a 258/2016 relativamente à alteração das regras do Fundo de Emergência Social, componente IPSS, que é a 257 e a componente famílias que é a 258.-----

----- Relativamente à proposta componente de famílias há uma proposta do Bloco de Esquerda para alterar a redação de alguns pontos do articulado, vamos durante a discussão naturalmente serão apresentadas as razões de porque é que apresentam estas propostas e veremos o que é que a Câmara tem a dizer sobre elas e as propostas de alteração serão votadas antes do texto original, porque é assim que se faz quando há propostas de alteração, votam-se primeiro e se elas forem aprovadas mantem-se o texto original, portanto, é isto que tinha a dizer.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS 257/CM/2016 - ALTERAÇÃO ÀS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA - VERTENTE DE APOIO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS) E 258/CM/2016 - ALTERAÇÃO ÀS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA - VERTENTE DE APOIO A AGREGADOS FAMILIARES, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º N.º 2 ALÍNEA H) DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO E PUBLICADO COMO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA**

ACTUAL REDACÇÃO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; ANÁLISE E VOTAÇÃO DOS PARECERES DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE.-----

----- (A *Proposta 257/CM/2016* fica anexada a esta Ata como *Anexo II* e dela faz parte integrante)-----

----- (O *Parecer da 6ª Comissão Permanente* relativo à *Proposta 257/CM/2016* fica anexado a esta Ata como *Anexo III* e dela faz parte integrante)-----

----- (A *Proposta 258/CM/2016* fica anexada a esta Ata como *Anexo IV* e dela faz parte integrante)-----

----- (O *Parecer da 6ª Comissão Permanente* relativo à *Proposta 258/CM/2016* fica anexado a esta Ata como *Anexo V* e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto à Câmara Municipal se quer apresentar as propostas, a 257 e a 258? Senhor Vereador João Afonso vai fazer uma apresentação das duas propostas.”-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, mais público presente.-----

----- Eu creio que aquilo que os Senhores Deputados e a Comissão da assembleia Municipal dizem sobre as alterações propostas é efetivamente o que nós pretendemos, é tornar mais fácil, mais operativo, de mais fácil aplicação o Fundo de Emergência Social, quer de famílias, quer para as Instituições.-----

----- No que concerne às famílias primeiro ter em conta o rendimento líquido das famílias, segundo tornar mais fácil a fórmula de cálculo desse rendimento que muitas Freguesias se reclamaram, além disso estas recomendações, estas alterações vêm neste sentido, no sentido de operacionalizar questões que foram levantadas por quem fazia a sua implementação e portanto de facto o que está aqui contemplado no Parecer da 6ª. Comissão de facto é uma leitura objetiva do que nós pretendemos e reconhecemos naquilo que está aqui exposto e agradecemos a avaliação que vem responder àquilo que pretendemos.-----

----- Quanto ao Fundo de Emergência Social para as Instituições também é esse o nosso objetivo, por um lado alargar um pouco o apoio a obras que são necessárias fazer pelas organizações, porque vimos que há pedidos, vários pedidos que com um pouco mais de financiamento poderiam ser abrangidos.-----

----- Outro conjunto de organizações, abranger um conjunto de organizações eu não sendo IPSS desempenham apoio social e atividade social no Município de Lisboa, tendo alguns inclusive sendo por isso reconhecidos no âmbito da rede social de Lisboa e no âmbito da regulamentação de apoios municipais do Município de Lisboa e, portanto, também creio que aquilo que está exposto no parecer da 6ª. Comissão vai de encontro ao que pretendemos e agradecemos e ficamos satisfeitos de ser compreendido dessa forma. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Agora pergunto à Senhora Deputada Relatora se pode fazer a apresentação dos dois Relatórios, uma vez que estamos a fazer uma apreciação conjunta.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, público e comunicação social. -----

----- As presentes propostas de alteração às regras de funcionamento do Fundo de Emergência Social do Município de Lisboa, quer na vertente de apoio a instituições particulares de solidariedade social, quer na vertente de apoio a agregados familiares, visa a um maior alargamento da abrangência do Fundo e das famílias a apoiar. -----

----- Estas propostas de alargamento resultam da avaliação que é feita da execução das duas vertentes do Fundo, na vertente de apoio a instituições particulares de solidariedade social constata-se um impacto positivo no equilíbrio financeiro e na capacidade de resposta das instituições que dela beneficiaram, da avaliação que é feita na vertente de apoio a agregados familiares verifica-se um aumento gradual do número de famílias que solicitam apoio e das famílias apoiadas, o que denota um aumento das situações de carência económica das famílias. -----

----- No que se refere à vertente de apoio a IPSS importa destacar que as novas regras vêm alargar de forma indireta a capacidade de a Câmara apoiar as populações mais carenciadas, dando continuidade ao trabalho já desenvolvido e permite melhorar os mecanismos de controlo e monitorização dos apoios, permitem apoios extraordinários não só a IPPS ou equiparadas, mas também a outras entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de cariz social no Concelho de Lisboa. -----

----- O apoio financeiro a atribuir a entidades é aumentado para as entidades que não tenham equipamentos sob a sua gestão, de 10 mil para 20 mil euros. -----

----- Os requisitos de atribuição criam um novo regime excecional que permitirá a algumas instituições de poder receber apoio nomeadamente para pequenas obras não estruturantes, sobretudo quando estas forem decorrentes de imposição legal. -----

----- As novas regras permitem ainda à Câmara um maior controlo efetivo dos apoios e exige às entidades maior responsabilidade na utilização das verbas atribuídas. -----

----- No que se refere à vertente de apoio a agregados familiares importa destacar o seguinte: as novas regras vêm alargar de forma direta a capacidade da Câmara apoiar as populações mais carenciadas dando continuidade ao trabalho já desenvolvido e permite melhorar os mecanismos de controlo e monitorização dos apoios, as novas regras permitem assim dar resposta à nova realidade resultante da crise que o país tem vivido, nomeadamente a situações de carência económica emergente decorrentes de despedimento e ausência do respetivo subsídio bem como da diminuição súbita de rendimentos provenientes de prestações sociais. -----

----- O novo cálculo do rendimento *per capita* torna-o mais ajustado à real situação económica dos agregados familiares, neste cálculo é agora tido em conta o rendimento mensal líquido em vez do rendimento mensal corrigido, é ainda corrigida a vertente dos múltiplos apoios, deixando de se impedir o apoio a famílias que beneficiem de outros apoios passando agora a ser exclusivamente limitada a sobreposição de apoios,

mantem-se o encaminhamento para a Rede Social de Lisboa de todas as situações socialmente graves que vão além do FES. -----

----- Neste sentido a 6ª. Comissão considera que as propostas se encontram em condições de serem aprovadas, recomenda contudo que se envie à Assembleia Municipal os relatórios de execução dos Fundos de Emergência Social dos anos anteriores, exista um cumprimento efetivo do estipulado no que respeita à monitorização futura dos apoios e se simplifiquem se possível os procedimentos administrativos e burocráticos relativos à concessão pelas Freguesias de apoio de emergência às famílias, sem facilitismos, mas de forma a adequar os índices de execução expressos às necessidades reais dos agregados, desta forma poderia haver um melhor aproveitamento das verbas orçamentadas para efeito de apoio às famílias mais carenciadas de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, portanto, está feita a apresentação, temos apenas um Senhor Deputado inscrito a quem vamos dar a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Medeiros (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde Caros Deputados, Cara Presidente da Assembleia, Caro Presidente da Câmara, Caros Vereadores. -----

----- Tendo em conta as necessidades de apoio a várias famílias de lisboetas que vivem em situações dramáticas de pobreza reconhecemos a grande importância da existência do Fundo de Emergência Social como ferramenta de intervenção rápida e necessária para dar resposta às necessidades destas mesmas famílias, preocupa-nos no entanto os baixos níveis de execução deste Fundo e esperamos que esta proposta de alteração venha ajudar a uma mais eficaz execução do Fundo. -----

----- Concordamos com o teor geral da proposta mas gostaríamos de apresentar três propostos de emenda, nomeadamente á Proposta nº 258 a esta Assembleia. -----

----- Considerando a atribuição do apoio excecional e temporário a agregados familiares é competência exercida pelas Juntas de Freguesia no âmbito dos contratos de delegação de competências celebrados com o Município de Lisboa; considerando também que as Freguesias apresentam grandes disparidades populacionais mas também quanto à condição socioeconómica entre si e que as Juntas de Freguesia têm hoje uma melhor perceção das carências das populações e que a todas as Freguesias é atribuído igual valor da dotação a título de fundo permanente, sem prejuízo do seu reforço, entendemos propor um número 3, no nº 1 do artigo 3º das regras de funcionamento do Fundo a seguinte redação: ‘A fim de agilizar a efetiva intervenção atribuição do apoio excecional e temporário aos agregados que a ele devem ter acesso será constituído um Fundo Permanente inicial no montante não inferior a 10 mil euros a atribuir a cada Junta de Freguesia no quadro do contrato de delegação de competências e considerando a população a execução de anos anteriores e indicadores sociais que deverá ser transferido após a assinatura do mesmo.’ -----

----- Quanto aos critérios de atribuição de apoio: ‘É critério para a atribuição de apoio que os membros do agregado familiar a apoiar não possuam outra habitação na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes.’. -----

----- A grande extensão da Área Metropolitana de Lisboa é já um fator redutor para a atribuição de apoios, quanto mais os concelhos limítrofes da mesma, de resto a própria revisão do Regime de Renda Apoiada, já aprovado na Assembleia da República apenas determina como fator de exclusão que qualquer dos membros do agregado familiar seja proprietário, usufrutuário, arrendatário ou detentor a outro título de prédio urbano, ou de fração autónoma de prédio urbano destinado a habitação localizado no Concelho ou em Concelho Limítrofe, desde que o imóvel seja adequado a satisfazer o fim habitacional do agregado e não constitua residência permanente de terceiros com direitos legais ou contratuais sobre o mesmo. -----

----- Pensamos que é aconselhável a coerência sistemática destas matérias, pelo que se deve alterar as regras aqui propostas em conformidade, portanto propomos que o artigo 4º, nº 2 a), propomos a seguinte redação: ‘Não possuam nem qualquer outro membro do agregado familiar habitação alternativa no Município de Lisboa e Municípios Limítrofes.’. -----

----- A nossa terceira proposta prende-se com o apoio nas despesas ilegíveis para telecomunicações que na redação atual excluem o acesso à internet, o que para nós parece-nos um pouco incompreensível até porque a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sequência do relatório do Conselho de Direitos Humanos definiu o acesso à internet como um direito humano. -----

----- Por uma outra razão ainda convém também ter em conta que o acesso à internet acesso a cultura e conhecimento e em muitos destes agregados há crianças em idade escolar para quem o acesso à Web é necessário para a realização de trabalhos escolares. -----

----- Pensamos que é também importante considerar que estamos perante famílias com desempregados e que grande parte do processo de procura ativa de emprego passa pela internet, quer pela consulta de ofertas de trabalho quer pelo envio de currículos, nesse sentido propomos a seguinte redação para a alínea b) nº 1 do 5º Artigo: ‘de telecomunicações, até ao limite de 15 euros, não podendo incluir serviços de valor acrescentado. O apoio ao telefone fixo exclui o apoio ao telemóvel e vice-versa.’. -----

----- Apresentadas estas propostas vamos votar favoravelmente as propostas 257 e 258.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Ah sim, estas são da 258. Muito bem. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra? Há uma inscrição do Senhor Deputado Miguel Graça, dos Independentes, e há uma inscrição do Senhor Deputado Ricardo Saldanha do PS, é isso? Muito bem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. -----

----- Os Deputados Independentes gostariam só de comentar relativamente à proposta de emenda do Bloco de Esquerda sobre o Fundo de Emergência Social, gostaríamos só de fazer aqui uma ressalva relativamente a este assunto porque nos parece que este deveria ter sido um assunto discutido de outra forma nas Comissões respetivas, neste caso os Direitos Sociais, não achamos que deva ser desta forma também de discussão deste ponto, ainda que obviamente este Plenário seja soberano, temos alguma dificuldade em apreciar sugestões específicas que são aqui feitas e das quais não sabemos realmente quais serão as consequências e o enquadramento, temos muitas dúvidas relativamente a que se ligue a atribuição relativamente com diferenças entre Juntas de Freguesia, portanto, não temos absoluta certeza de qual é o impacto desta medida e, portanto, pedíamos ao Bloco de Esquerda que fizesse a discussão não de uma forma apressada aqui neste Plenário, que volto a dizer que ele é soberano obviamente para o aprovar, mas não nos sentimos em condições de apreciar sem saber o que é que são os resultados desta alteração. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Relativamente a esta proposta do Bloco de Esquerda o Partido Socialista tem a dizer o seguinte, de facto também já foi aqui dito pelo meu antecessor que o tempo é extemporâneo, embora seja soberano, mas do ponto de vista regimental, como sabemos, as propostas de alteração devem ser feitas em Comissão onde foram discutidas amplamente estas duas propostas, tenho pena que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que pertence à Comissão, não as tenha efetuado lá no local próprio porque de facto estes são assuntos muito importantes para a Cidade e têm que ser discutidos no momento próprio e houve aqui uma pressa e um decorrer de trabalhos intensiva para que hoje pudéssemos debater esta questão, pelo que as propostas sendo extemporâneas e também não acrescentando muito mais àquilo que está previsto, que é uma boa proposta da Câmara, não podemos aceitar estas propostas de alteração face ao atrás referido. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “A Mesa está só aqui a fazer uma verificação regimental, é meu entendimento, mas posso estar errada, já pedi ao meu Gabinete Jurídico para ver isto, eu penso que propostas de alteração podem ser apresentadas em Plenário até ao momento da votação, podem ser apresentadas em Plenário, podem é os Grupos Municipais não estarem disponíveis para as aprovar, isso é outra questão!-----

----- Portanto, do ponto de vista regimental quando a Mesa aceitou a proposta podia fazê-lo, mas naturalmente que quem as apresenta à última da hora também se sujeita a que os partidos não tenham tido tempo de as apreciar e de as discutir para as poder aceitar ou não, portanto, vamos... Temos mais alguém inscrito? Pergunto à Câmara se quer usar a palavra? O Senhor Vereador João Afonso.”-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu analisei e olhei e estive a ver aqui as propostas de alteração mas eu creio que mais do que esta questão do conteúdo das propostas de alteração é que as alterações que nós propusemos surgem da prática e surgem do funcionamento da implementação, surgem de facto da constatação que o Fundo de Emergência Social foi menos aplicado do que nós pretendíamos, todos nós pretendíamos, a Câmara, a Assembleia Municipal e nós implementámos, propusemos a esta Assembleia Municipal as alterações que nos virem diretamente de quem implementa no dia-a-dia, ou seja, das Juntas de Freguesia que responderam àquilo que são os pedidos da população e, portanto, nem a questão dos Concelhos limítrofes da Área Metropolitana, de ser da Área Metropolitana ou não foi nunca uma questão que foi levantada, nenhuma Freguesia colocou essa questão, portanto, calculo que não tenha havido essa questão por parte dos nossos munícipes e também a questão das telecomunicações.-----

----- Obviamente que a questão das telecomunicações pertence até a uma outra formação, mas de facto o que nós temos aqui é urgência em alterar este Regulamento para o começar a implementar no dia-a-dia de forma a que este Fundo de Emergência chegue o mais depressa possível às mãos de todos os munícipes.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador, penso que estamos em condições de votar, isto foi uma apreciação conjunta, mas são duas propostas separadas, a proposta 257- Alteração às regras de funcionamento do Fundo de Emergência Social na vertente de apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social, não hou intervenções sobre isto e é esta proposta que a Mesa vai pôr à consideração. -----

----- **A Proposta nº 257/2016** – FES relativamente a IPSS, não há votos contra e nem abstenções, foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Vamos pôr agora à consideração a proposta 258/2016 e havendo propostas de alteração a Mesa vai propor o seguinte: nós vamos pôr à votação em primeiro lugar as propostas de alteração e depois consoante o resultado dessa votação veremos como é que votamos o resto da proposta, portanto, a proposta 258 remete para um anexo que tem o Projeto de Alteração das Regras de funcionamento da FES na vertente de apoio aos agregados familiares. -----

----- Sobre a primeira regra não há nenhuma proposta de alteração, sobre a segunda regra não há nenhuma proposta de alteração, depois na terceira regra, que se chama ‘Fundo Permanente’ no ponto nº 1 o Bloco de Esquerda propõe uma proposta de alteração. -----

----- **Proposta de Emenda à Proposta nº 258/CM/2016, apresentada pelo Bloco de Esquerda- propostas de alteração ao Anexo I à Proposta nº 258/CM/2016;** -----

----- (A *Proposta de Emenda à Proposta nº 258/CM/2016* do BE está anexada à Ata como *Anexo VI* e dela faz parte integrante) -----

----- **Ponto 1 da Proposta de Alteração ao nº 1 da Regra 3ª do Regulamento – Regra 3ª – Fundo Permanente – 1 – O nº 1 da regra 3ª de funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares, passa a ter a seguinte redação:** -----

----- **“1 – A fim de agilizar a efetiva atribuição de apoio excepcional e temporário aos agregados que a ele devam ter acesso será constituído um Fundo Permanente inicial, no montante não inferior a 10.0000,00 euros (dez mil euros), a atribuir a cada Junta de Freguesia no quadro de Contrato de Delegação de Competências e considerando a população, a execução de anos anteriores e indicadores sociais, que deverá ser transferido após a assinatura do mesmo.”**-----

----- Este Fundo Permanente, esclareço que é um Fundo que quando se esgota é repostado, portanto, é sempre o montante de dez mil, não quer dizer que quando chegar ao fim dos dez mil não haja mais, o fundo é permanente. O Bloco de Esquerda propõe que esse Fundo Permanente tenha um montante não inferior a dez mil euros a atribuir a cada Junta no quadro do contrato de delegação de competências e considerando a população, a execução de anos anteriores e de indicadores sociais e depois deve ser transferido após a assinatura do mesmo, portanto, propõe uma diferenciação deste Fundo consoante a população, a execução de anos anteriores e indicadores sociais, portanto, é de facto uma proposta diferente daquela que está nas regras. -----

----- A Mesa vai pôr à vossa votação esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o **nº 1 da regra 3ª do Regulamento**. Votos contra do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PNP, 6 IND. Votos de abstenção do PCP e do PAN. Votos a favor do Bloco de Esquerda e do PEV. **A proposta de alteração foi rejeitada.**-----

----- Vamos passar então à segunda proposta de alteração, que é uma proposta de alteração na regra nº 4- Condições de Acesso. -----

----- **Ponto 2 - proposta de Alteração à Alínea a) da Regra 4ª do Regulamento – Regra 4ª – Condições de Acesso – “2 - A alínea a) do nº 2 da regra 4ª do funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares passa a ter a seguinte redação:**-----

----- **“a) Não possuam, nem qualquer outro membro do agregado familiar, habitação alternativa no Município de Lisboa e municípios limítrofes;”**-----

----- Portanto, é um âmbito muito mais restrito do que está nas regras atuais. Vamos pôr à votação a proposta do Bloco de Esquerda. Votos contra do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PNP e 6 IND. Votos de abstenção do PCP e do PAN. Votos a favor do BE e PAN. **A proposta de alteração foi rejeitada.** -----

----- Passamos então para a regra 5ª – Despesas Elegíveis.-----

----- **Ponto 3 – Proposta de alteração à alínea b) do nº 1 da Regra 5ª do Regulamento – Regra nº 5 – Despesas Elegíveis – 3 - A alínea b) do nº 1 da regra 5ª de funcionamento do Fundo de Emergência Social de Lisboa, vertente de apoio a agregados familiares, passa a ter a seguinte redação:**-----

----- **“d) De telecomunicações, até ao limite de 15 euros (quinze euros), não podendo incluir serviços de valor acrescentado. O apoio ao telefone fixo exclui o apoio ao telemóvel e vice-versa;”**-----

----- Penso que toda a gente entendeu o que está em causa e vamos pôr à votação a proposta do Bloco de Esquerda. Votos contra do PS, PSD, CDS/PP, PNP e 6 IND. Votos de abstenção do PCP e do MPT. Votos a favor do BE, PEV e PAN. **A proposta de alteração foi rejeitada.**-----

----- Portanto, não teve apoio suficiente e estas propostas não foram aprovadas e sendo assim voltamos à proposta original que é a **Proposta nº 258/2016** que veio aqui com o Parecer da 6ª Comissão Permanente e que está em condições de ser votada e agora pode ser votada toda em bloco uma vez que não há alterações aceites. A mesa vai pôr à vossa votação a proposta nº 258/2016 e o respetivo Anexo com todas as Regras. Não há votos contra e nem abstenções. A proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Portanto estas duas propostas, a 257 e a 258, estão resolvidas. Vamos passar agora então à última proposta da nossa Ordem de Trabalhos de hoje... Desculpem, há uma Recomendação que resulta do Parecer da Comissão, aliás, eu já estive a dizer aqui à Senhora Relatora que portanto eu optei por fazer uma Recomendação conjunta das duas propostas, uma vez que elas estavam em apreciação conjunta, é a Recomendação nº 1/114.-----

----- **Recomendação nº 1/114 – Resultante dos Pareceres da 6ª Comissão Permanente sobre as propostas 257/CM/2016 e 258/CM/2016;** -----

----- (A *Recomendação nº 1/114* é anexada a esta Ata como *Anexo VII* e dela faz parte integrante.) -----

----- Basicamente o que diz é que sejam enviados à Assembleia os Relatórios de Execução do FES, nas duas vertentes; que haja um cumprimento efetivo da monitorização futura dos apoios prevista nas respetivas regras do FES; e depois faz aqui um apelo no ponto nº 3 para simplificar, na medida do possível, os procedimentos administrativos e burocráticos para as Freguesias, depois está aqui mais detalhado mas basicamente é isto que se propõe.-----

----- Vou pôr à vossa consideração a **Recomendação nº 1/114**. Não há votos contra e nem abstenções. A Recomendação foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Nestas condições poderá seguir logo que haja Ata em Minuta e assim mais rapidamente poder entrar em vigor tudo isto.” -----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA Nº 328/CM/2016 – AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DO IMÓVEL SITO NO LARGO DE SÃO JULIÃO NºS 15 A 19, TORNEJA PARA A CALÇADA DE SÃO FRANCISCO Nº 8, POR EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO E PUBLICADO COMO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO; APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PARECER DA 1ª. COMISSÃO PERMANENTE;** -----

----- (A *Proposta nº 358/CM/2016* é anexada a esta Ata com o *Anexo VII* e dela faz parte integrante.) -----

----- (O *Parecer da 1ª Comissão Permanente* relativo à Proposta nº 258/CM/2016 é anexado a esta Ata com o *Anexo VIII* e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então agora passar à Proposta nº 328/CM/2016 que é a última da Ordem de Trabalhos. -----

----- Houve umas dúvidas que me foram suscitadas que me foi pedido para eu as esclarecer junto dos Serviços e tenho aqui o esclarecimento que vou passar a ler: primeiro o facto de se referir no ponto 1 da proposta, na parte deliberativa, Largo de São Julião nº 15 – 19, tornejando para a Calçada de São Francisco não corresponde a nenhum lapso mas tão só à transcrição que consta da certidão do Registo Predial, que está aliás em anexo à proposta. Às vezes estas redações das moradas não são o mais evidente para nós, a morada poderia estar mais evidenciada de outra maneira, mas a verdade é que é obrigatório pôr para poder fazer a deliberação, aquilo que está na Certidão de Registo Predial e o que está na Certidão de Registo Predial é isto.-----

----- Depois há um outro esclarecimento muitíssimo importante que tem a ver com o ponto 2 da parte deliberativa que fala de uma área, remete para uma área, peço desculpa, remete para área de 390 metros quadrados, 390 metros quadrados é a área de implantação, não é naturalmente a área abruta de construção, a área bruta de construção, depois será com toda a edificação que tiver em cima, é a área de implantação, é a área no solo do terreno, não é preciso estar a acrescentar nada na proposta desde que fique claro que é este o sentido e isto que eu estou a dizer ficará transcrito em Ata, portanto, é a área de implantação que decorre aliás expressamente dos relatórios de avaliação da Caderneta Predial e da Certidão de Registo Predial. A área bruta de construção naturalmente é muito maior e os serviços esclarecem que é 1.840 metros quadrados, portanto, não íamos naturalmente confundir 390 com 1840, estamos a falar de 390 metros quadrados de área de implantação. -----

----- Portanto, dados estes esclarecimentos pergunto à Câmara se quer fazer a apresentação da proposta? O Senhor Vereador Manuel Salvado prescinde. Pergunto à Senhora Deputada Irene Lopes que foi a Relatora do Parecer da 1ª. Comissão? Prescinde de fazer a apresentação do Parecer. O Parecer foi aprovado por unanimidade e considera que a proposta está em condições de ser votada. -----

-----Então está tudo esclarecido e a Mesa vai pôr à vossa consideração a **Proposta nº 328/CM/2016**. Não tem votos contra, abstenções do PSD, PAN e CDS/PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNPN e 6 IND. **A proposta foi aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos, lembro que para a semana temos Sessão Ordinária com as Contas Consolidadas da Câmara, eu vou tentar pôr o máximo de propostas que estejam concluídas e com Pareceres, em votação. Pedia aos Senhores Presidentes das Comissões para “*checkarem*” com os serviços se têm Pareceres em atraso para podermos realmente dar o máximo de satisfação ao nosso trabalho. -----

----- Muito obrigado a todos.”-----

----- A sessão terminou eram dezoito horas e vinte e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da

Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro
de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----